

Destiques



Julho | 2012

Copyright © 2012 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível nos sítios www.secom.gov.br e www.planalto.gov.br

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques / Secretaria de Comunicação Social. – Ano V, n. 1 (mar/jun. 2012-). – Brasília: SECOM, 2012-.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

Descrição baseada em: Ano IV. n. 1 (jan./jul. 2011-).

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

Apresentação

Nesta edição de julho de 2012, o Caderno Destaques traz informações sobre os principais programas lançados entre março e junho de 2012 e os resultados alcançados nos primeiros 18 meses de gestão, com ênfase nas ações prioritárias do Governo Federal.

No capítulo *Brasil em Números*, são apresentados novos resultados do Censo 2010, que reafirmam a melhoria dos indicadores sociais no país, mas mostram que persiste a desigualdade na oferta de infraestrutura urbana. Também neste capítulo é descrito o cenário econômico do período, que combina taxa básica de juros em seu mais baixo patamar histórico, inflação em direção ao centro da meta e emprego em crescimento, mostrando que a economia brasileira tem resistido aos impactos da crise internacional.

Programas e ações prioritários que completaram o primeiro ano, como o Brasil sem Miséria, a Rede Cegonha e o Plano Estratégico de Fronteiras, já alcançaram resultados expressivos, como mostra o capítulo *Gestão em Destaque*. A ação Brasil Carinhoso, lançada em maio para acelerar o enfrentamento da extrema pobreza entre famílias com crianças de 0 a 6 anos, também já tem efeitos sobre as condições de vida desta população, seja pelo início, em junho, do pagamento do novo benefício do Bolsa Família, seja pela distribuição gratuita de remédio de asma nas farmácias da rede Aqui Tem Farmácia Popular.

Em *Gestão em Destaque* também são apresentados os avanços na oferta de serviços de saúde de qualidade e na expansão do acesso à educação, bem como os resultados da execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Minha Casa Minha Vida e o estágio atual dos preparativos para a Copa 2014. As novas medidas de estímulo à economia, em especial ao investimento, bem como aquelas de apoio ao agrogócio e à agricultura familiar para a safra 2012/2013 são ações abordadas neste capítulo. Outros temas tratados são os resultados dos primeiros meses de vigência da Lei de Acesso à Informação, os números do desmatamento na Amazônia, que continua em declínio, e os balanços das ações implementadas para fazer frente à seca no semi-árido do Nordeste e da Rio+20, a maior conferência das Nações Unidas já realizada.

A intensa agenda bilateral e multilateral do período, fortemente marcada pela crise econômica vivenciada pelos países europeus e pelo engajamento do Brasil em ações que visem preservar o crescimento do país de seus impactos, é abordada no capítulo *Brasil e o Mundo*.

Finalmente, no capítulo *Agenda Normativa* estão listados os principais atos assinados no período.

A equipe do *Destaques* agradece o apoio decisivo dos órgãos do Governo Federal, que forneceram as informações contidas nesta publicação. Críticas e sugestões dos leitores são fundamentais para o aperfeiçoamento da publicação e podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br.

Boa leitura,

Equipe do Destaques

Sumário

Brasil em Números..... 5

Novos indicadores sociais 6

Cenário econômico 9

Gestão em Destaque..... 12

Erradicação da extrema pobreza..... 13

Infraestrutura 16

Desenvolvimento econômico 19

Direitos e cidadania 25

Saúde 28

Educação..... 34

Brasil Carinhoso 37

Apoio à produção agrícola 39

Segurança..... 41

Minha Casa, Minha Vida 44

Copa do Mundo 2014 45

Rio+20 50

Meio ambiente e sustentabilidade 55

Acesso à informação e transparência 58

Defesa civil 59

Turismo 61

Brasil e o Mundo 63

Agenda regional e multilateral 64

Agenda bilateral 66

Agenda Normativa 70

Econômica e financeira..... 71

Social..... 75

Infraestrutura..... 77

Internacional 78



Brasil em Números

Novos indicadores sociais

Melhoria na qualidade de vida ganha mais evidências

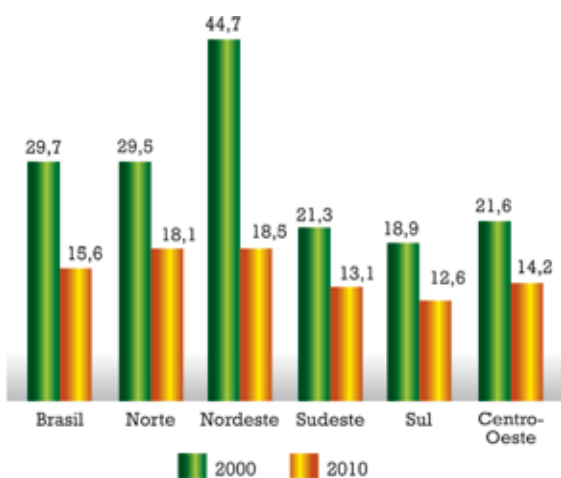
Redução da mortalidade infantil e da fecundidade e as condições do entorno dos domicílios mostram qualidade de vida cada vez melhor do brasileiro

DIMINUI A MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos passou de 29,7, em 2000, para 15,6, em 2010. Essa taxa é menor que a meta prevista para 2015 nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de 15,7 por mil nascidos vivos.

A queda mais acentuada ocorreu na região Nordeste (-58,6%), que ainda apresenta a taxa mais elevada do Brasil: 18,5 por mil nascidos vivos.

Taxa de mortalidade infantil*, segundo as Grandes Regiões, 2000/2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

*Óbitos de crianças menores de um ano, por mil nascidos vivos

TAXA DE FECUNDIDADE CAIU 20% NA ÚLTIMA DÉCADA

A taxa de fecundidade diminuiu de 2,38 filhos por mulher para 1,9, entre 2000 e 2010. O valor é menor que a taxa de reposição da população, que é estimada em 2,1 filhos por mulher.

Em todas as regiões houve queda: 23,4% no Nordeste, 21,8% no Norte, 20,6% no Sul, 19,0% no Sudeste e 14,5% no Centro-Oeste.

Outra mudança importante foi a reversão da tendência de rejuvenescimento da fecundidade, observada em 2000. Em 2010 observa-se um padrão de fecundidade mais tardio que em 2000, quando 72,4% das gestações ocorriam entre mulheres de até 30 anos. Em 2010, esse percentual passa para 68,7%, indicando aumento relativo da ocorrência de gravidez entre mulheres acima de 30 anos.

CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DOS DOMICÍLIOS URBANOS

A qualidade dos domicílios pode ser avaliada com base em características de seu entorno, identificadas pelas condições de circulação e oferta de infraestrutura (identificação do logradouro, iluminação pública, pavimentação, meio-fio, calçada e rampa para cadeirante) e pelas condições do ambiente (arborização, existência de bueiros/boca de lobo, esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros).

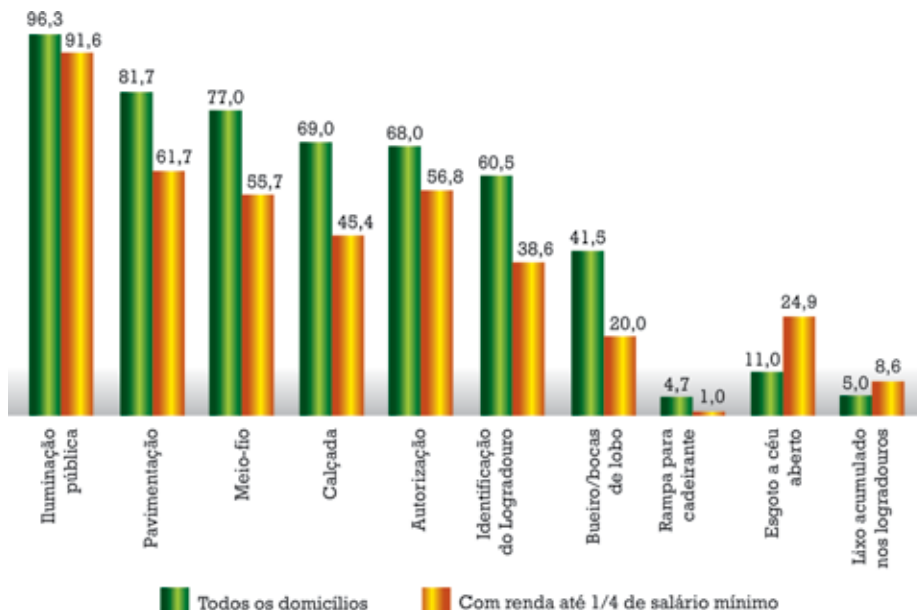
Destacam-se as seguintes características:

- Iluminação pública é a característica de infraestrutura urbana mais presente, disponível no entorno de 96,3% dos domicílios;
- 81,7% dos domicílios urbanos estão localizados em ruas pavimentadas;

- Há rampas para cadeirantes no entorno de apenas 4,7% dos domicílios;
 - É baixa a incidência de lixo acumulado na rua (5,0%) e de esgoto a céu aberto (11,0%).
- Existe uma relação consistente entre as condições

do entorno dos domicílios e renda domiciliar per capita. Em geral, quanto menor a renda, maior a presença de características inadequadas no entorno do domicílio – como a presença de esgoto a céu aberto ou de lixo acumulado nas ruas.

Percentual de domicílios urbanos, segundo as características de seu entorno e renda domiciliar mensal per capita Brasil – 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

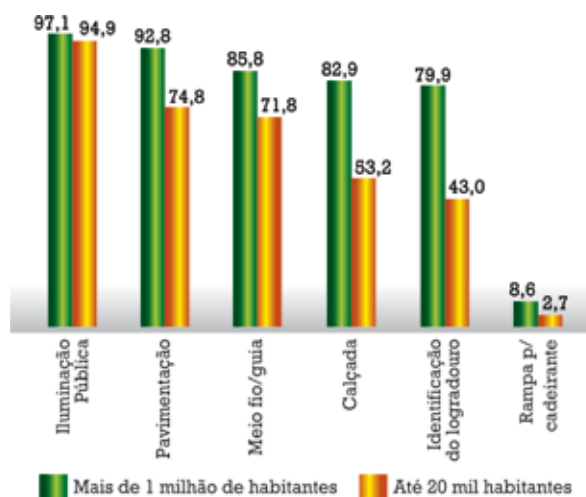
Diferenças por tamanho de município

As condições no entorno dos domicílios também são distintas por tamanho dos municípios.

Infraestrutura e circulação: nos municípios com mais de um milhão de habitantes estão os maiores índices de iluminação pública (97,1% dos domicílios), pavimentação (92,8%), meio-fio (85,8%), calçada (82,9%), identificação do logradouro (79,9%) e rampa para cadeirante (8,6%).

No outro extremo, nos municípios com até 20 mil habitantes, as condições de circulação da população urbana são menos adequadas.

Percentual de domicílios urbanos, segundo as características de circulação e infraestrutura e tamanho do município – Brasil - 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Meio ambiente: o percentual de domicílios com acúmulo de lixo em seu entorno aumenta com o tamanho do município, nas faixas de até 20 mil habitantes (3,0%) a um milhão de habitantes (7,4%). Nos municípios com mais de um milhão de habitantes, esse percentual cai para 4,8%.

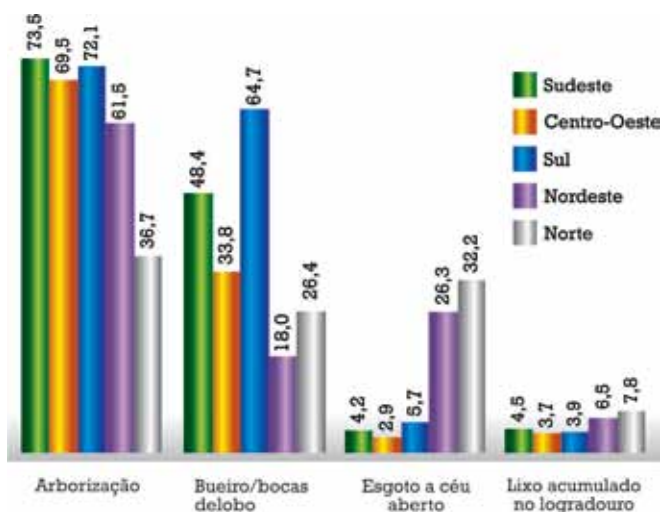
Quanto a existência esgoto a céu aberto, a menor proporção de domicílios afetada por este problema é encontrada nos municípios com mais de um milhão de habitantes (7,8%) e a maior, em municípios de 500 mil a um milhão de habitantes (14,3%).

Diferenças regionais

Há importantes desigualdades regionais nas características do entorno dos domicílios.

Meio ambiente: a menor diferença regional é quanto à existência de lixo acumulado na rua, que afeta 7,8% dos domicílios no Norte e 3,7% no Centro Oeste. A maior diferença regional refere-se à existência de esgoto a céu aberto, que afeta um terço dos domicílios no Norte e apenas 2,9% no Centro Oeste.

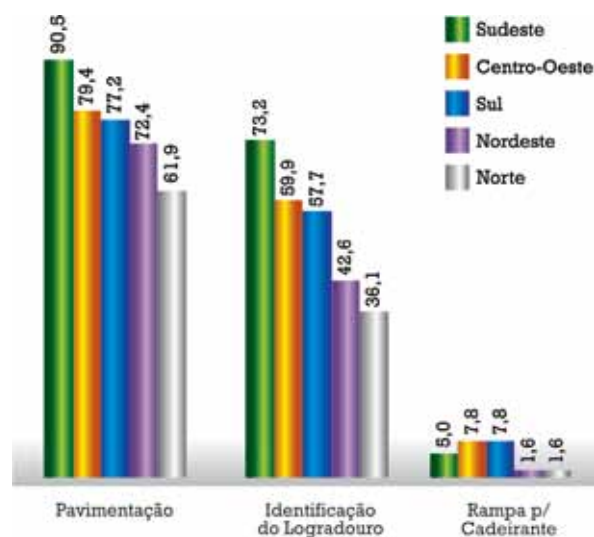
Percentual de domicílios urbanos, segundo as características de meio ambiente de seu entorno - Grandes Regiões - 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Infraestrutura e circulação: o entorno dos domicílios situados nas regiões Norte e Nordeste é menos adequado que nas demais regiões. Destaca-se a diferença no percentual de domicílios que têm rampa para cadeirantes no entorno, pequeno em todas as regiões, mas ínfimo no Norte e Nordeste.

Percentual de domicílios urbanos, segundo as características de infraestrutura e circulação de seu entorno - Grandes Regiões - 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

MAIS BRASILEIROS VOLTAM PARA O PAÍS

O número de imigrantes internacionais passou de 143,6 mil entre 1995 e 2000, para 286,5 mil entre 2005 e 2010. Desses, 65,1% eram brasileiros retornando do exterior. Entre 1995 e 2000, este percentual era de 61,2%.

Estados Unidos (25%), Japão (20%) e Paraguai (12%) são os principais países de origem dos imigrantes internacionais. Os brasileiros representam 84,2% dos imigrantes oriundos dos Estados Unidos, 89,1% dos oriundos do Japão e 77% entre aqueles que vieram de Portugal. Já entre os 15.753 imigrantes provenientes da Bolívia, apenas 25,1% eram brasileiros.

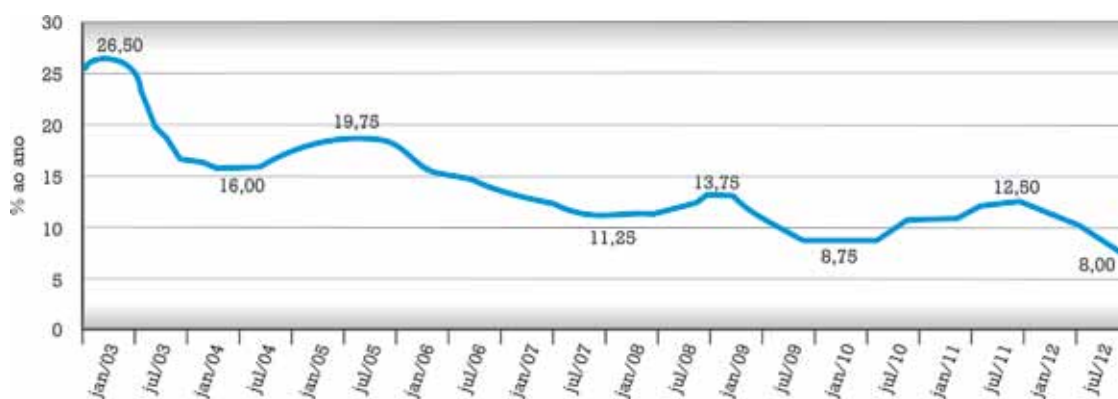
Cenário econômico

Redução da taxa de juros e manutenção da estabilidade econômica

No primeiro semestre de 2012, a política macroeconômica conciliou a redução da taxa de juros com estabilidade econômica e expansão do emprego.

Em julho, a taxa Selic atingiu seu menor nível histórico, com meta fixada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM em 8,0% ao ano. A redução dos juros desonera o investimento produtivo, favorece o resultado fiscal e diminui a pressão do movimento de capitais sobre a taxa de câmbio.

Taxa Básica de Juros – SELIC
Janeiro de 2003 a Julho de 2012 – % ao ano



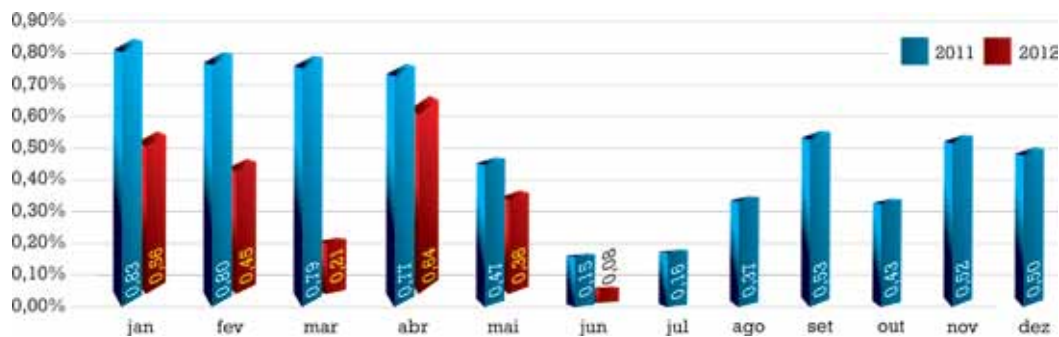
Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa de inflação mantém-se em declínio. No primeiro semestre de 2012, o IPCA acumulou variação de 2,32%, o menor índice para o período desde 2007.

O índice acumulado de julho/2011 a junho/2012

registrou variação de 4,92%, a nona queda seguida do índice acumulado em 12 meses. O comportamento do IPCA aponta para o encerramento do ano com a inflação acumulada próxima ao valor central da meta, de 4,5%.

Evolução mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Jan/2011 a Jun/2012



Fonte: IBGE

Resultado Fiscal

O superávit primário do setor público consolidado (Governo Central, Governos Regionais e Estatais) foi de R\$ 62,87 bilhões no acumulado de janeiro a maio, correspondentes a 3,55% do PIB. Esse resultado equivale a 45% da meta de 2012 (R\$ 139,8 bilhões).

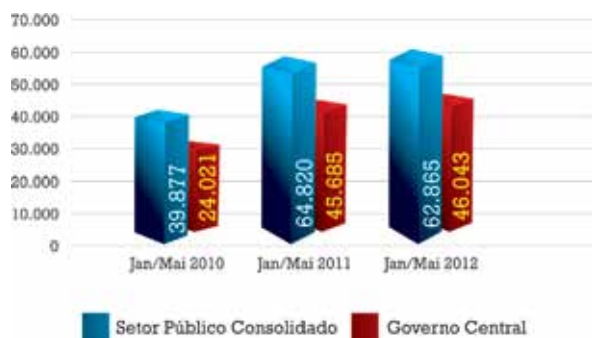
Nos primeiros cinco meses de 2012, o superávit do Governo Central – que inclui, além do Governo Federal, o Banco Central e o INSS – correspondeu

a R\$ 46,04 bilhões (2,60% do PIB), praticamente igual à meta para os oito primeiros meses do ano (R\$ 46 bilhões).

O superávit alcançado no período janeiro-maio equivale a 47,5% da meta fixada para o ano, de R\$ 96,97 bilhões.

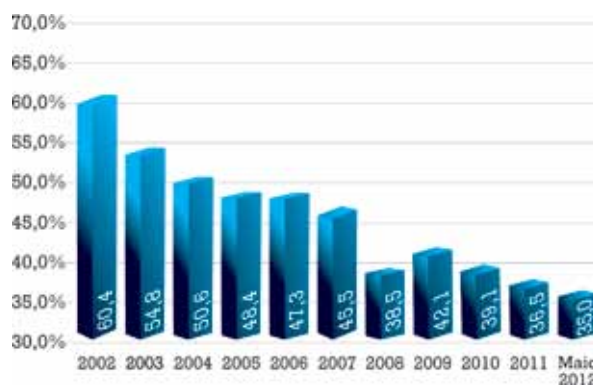
A manutenção de superávits primários sucessivos tem permitido a redução constante do endividamento público. Em maio de 2012, a dívida líquida do setor público correspondia a 35% do PIB.

Evolução dos Resultados Primários do Governo Central e do Setor Público Consolidado – Janeiro a Maio – 2010 a 2012 – Em R\$ milhões correntes



Fonte: Banco Central do Brasil

Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB 2002 a 2011 e Maio de 2012



Fonte: Banco Central e Ministério da Fazenda

Comércio externo e investimento

No primeiro semestre de 2012, a corrente de comércio ficou em US\$ 227,4 bilhões, patamar superior ao do mesmo período de 2011. As exportações totalizaram US\$ 117,2 bilhões, recuo de 1,7% pela média diária em relação ao primeiro semestre de 2011, e as importações, US\$ 110,1 bilhões, crescimento de 3,7% na mesma base de comparação. Em decorrência, houve recuo do saldo comercial

de US\$ 13,0 bilhões para US\$ 7,1 bilhões, quando comparados os dois períodos.

A conta capital e financeira apresentou superávit de US\$ 40,4 bilhões de janeiro a maio de 2012, frente a US\$ 62,6 bilhões no mesmo período de 2011. Os investimentos estrangeiros diretos recuaram de US\$ 27,0 bilhões para US\$ 23,3 bilhões. Os investimentos brasileiros diretos no exterior saltaram de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 6,1 bilhões.

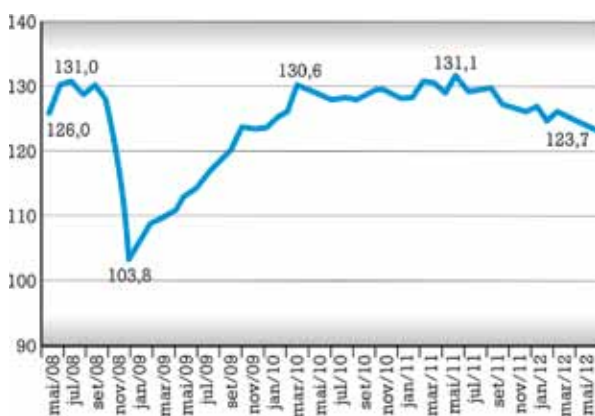
Atividade econômica e emprego

No primeiro trimestre de 2012, o Produto Interno Bruto a preços de mercado cresceu 0,2% na série com ajuste sazonal. No acumulado de quatro trimestres, o crescimento do PIB foi de 1,9%, com ampliação de 0,7% na Indústria, 2,1% nos Serviços e 0,8% na Agropecuária.

O desempenho dos setores econômicos nos primeiros meses de 2012 foi diferenciado. O Comércio varejista acumula alta de 9,0% no volume de vendas e de 11,9% na receita nominal até maio, com ajuste sazonal.

Quanto à produção industrial, houve redução de 3,4% do volume de produção no acumulado de 2012 até maio. Em 12 meses, o recuo é menor: -1,8%. Contudo, a indústria mantém-se em um patamar elevado de produção e os efeitos da atual fase da crise internacional são menos intensos que os registrados na crise de 2008.

Indústria: Produção Física com ajuste sazonal
Base: média de 2002=100

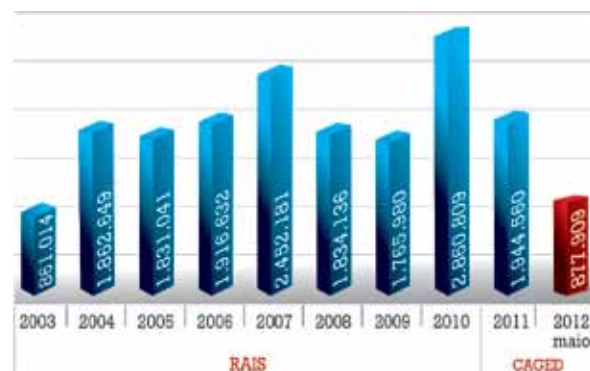


Fonte: IBGE

O mercado de trabalho se manteve em expansão. Nos primeiros cinco meses de 2012 foram gerados

877.909 empregos formais, crescimento de 2,32% em relação a dezembro de 2011.

Saldo de empregos gerados entre 2003 e 2012



Fonte: MTE - RAIS (2003/2010); CAGED (2011/2012)

A taxa de desemprego medida pelo IBGE nas seis maiores regiões metropolitanas manteve a tendência de queda, registrando 5,8% em maio, a menor taxa para este mês desde 2002, início da atual série da pesquisa.

A formalização do mercado de trabalho mantém-se ascendente, com crescimento, nos últimos doze meses, do emprego com carteira assinada em 3,9%, e recuo do emprego sem carteira (-6,9%).

Evolução da Taxa de Desemprego em Seis Regiões Metropolitanas
Junho/2008 a Maio/2012



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE

Nota: As seis regiões metropolitanas pesquisadas são Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo.

A photograph of a modern building with a curved facade and large windows, reflected in a pool of water. The building is white and has a curved, cantilevered section. The water is dark and reflects the building and the sky. The sky is blue with some clouds. The overall scene is bright and clear.

Gestão em Destaque

Erradicação da extrema pobreza

Brasil Sem Miséria

Várias metas superadas no primeiro ano do Brasil Sem Miséria

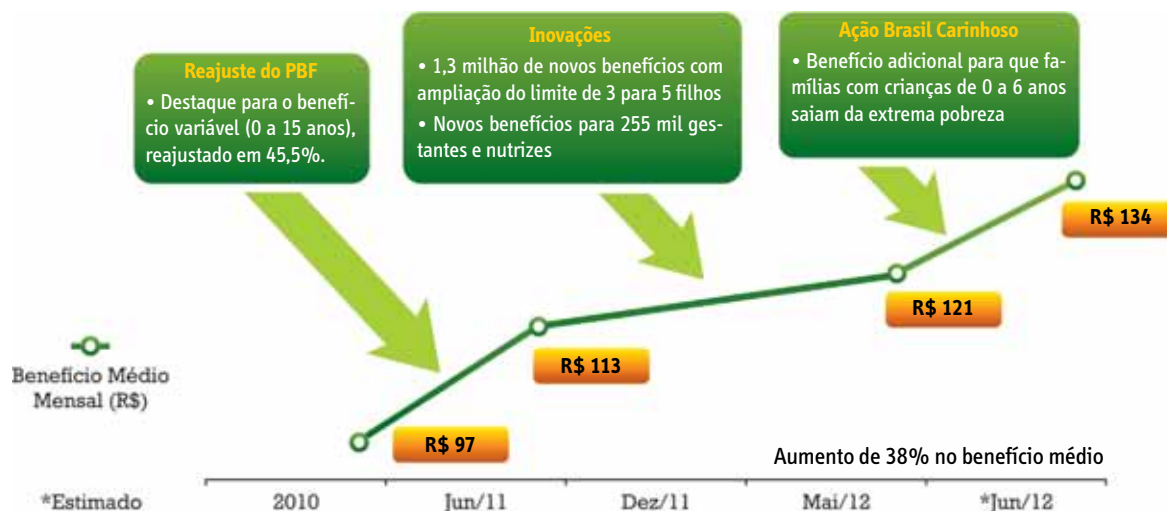
GARANTIA DE RENDA

Busca Ativa: até março de 2012, 687 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e já recebem o Bolsa Família, superando a meta de 640 mil famílias incluídas até 2012. A maior parte das famílias incluídas (75%) mora em centros urbanos, sendo 39% em cidades com mais de 100 mil habitantes. As famílias indígenas,

quilombolas, agricultores familiares, catadores, população em situação de rua e outros grupos específicos representavam 14% do total.

Bolsa Família: 13,5 milhões de famílias eram beneficiadas pelo programa em maio de 2012, com recursos equivalentes a 0,46% do PIB. O valor do benefício médio aumentou de R\$ 97 para R\$ 134 entre 2010 e 2012, reajuste de 38% decorrente das mudanças promovidas pelo Brasil Sem Miséria.

Aumento do benefício médio do Programa Bolsa Família



INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): 256 mil vagas foram criadas para pessoas inscritas no Cadastro Único, nas 27 unidades da federação. Até maio, 123 mil pessoas estavam inscritas, das quais 70% são mulheres e 44% jovens entre 18 e 28 anos. As vagas ofertadas são para 189 tipos de cursos, como auxiliar admi-

nistrativo, costureira, eletricitista, cuidador de idosos, operador de computador, entre outros.

Empreendedor Individual (MEI): foram formalizados 171 mil novos Microempreendedores Individuais (MEI) inscritos no Cadastro Único. Destes, 81 mil são beneficiários do Bolsa Família. Além da formalização, 23 mil empreendedores receberam assistência técnica por meio do Programa Negócio a Negócio, do SEBRAE.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Realizados mais de um milhão de atendimentos, que beneficiaram cerca de 263 mil famílias em extrema pobreza.

Fomento às atividades produtivas rurais

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): garantida a 129 mil famílias de agricultores extremamente pobres, sendo 35,5 mil famílias do Nordeste e do norte de Minas Gerais que já recebem atendimento e outras 93,4 mil que serão atendidas a partir de outubro de 2012.

Fomento: 11.825 famílias receberam a primeira parcela do fomento, no valor de R\$1.000, até maio. As outras duas parcelas, de R\$ 700 cada, serão pagas com intervalos de seis meses, totalizando R\$ 2.400 por família. Os recursos são usados para implementar o projeto de estruturação produtiva elaborado e acompanhado pelos agentes de ATER.

Luz para Todos

Atendimento a 114 mil famílias extremamente pobres, que correspondem a 44,3% das 257 mil famílias rurais em situação de extrema pobreza a serem atendidas até 2014.

Água para Todos

Até abril de 2012, 111 mil famílias do semiárido tiveram cisternas instaladas em suas casas. A previsão é entregar 290 mil cisternas até dezembro de 2012.

Bolsa Verde

Até maio de 2012, 23 mil famílias que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas federais extrativistas ou de desenvolvimento sustentável e assentamentos ambientalmente sustentáveis estavam recebendo o pagamento trimestral de R\$ 300 para que continuem realizando a conservação de ativos ambientais.

ACESSO A SERVIÇOS

Mais Educação: em 2012, cerca de 33 mil escolas já aderiram ao Programa, que garante educação em tempo integral. Destas, 17 mil têm maioria de estudantes beneficiários do Bolsa Família.

Unidades Básicas de Saúde: 2.105 UBS em construção em áreas de extrema pobreza e outras 5.247 em reforma.

Brasil Sorridente: produção de 442 mil próteses dentárias até abril de 2012 e entrega de 100 unidades odontológicas móveis. Instalação de 65 novos Centros de Especialidades Odontológicas em municípios com maior concentração de famílias em situação de extrema pobreza.

AÇÃO BRASIL CARINHOSO: BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NA PRIMEIRA INFÂNCIA (BSP)

A partir de junho de 2012, o Bolsa Família passou a contar com mais um benefício, que visa garantir renda superior a R\$ 70 por pessoa para todas as famílias extremamente pobres com crianças entre 0 e 6 anos. Cerca de dois milhões de famílias serão beneficiadas.

CENSO SUAS 2011 MOSTRA EXPANSÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2011, o número de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) aumentou 32,6%, com a implantação de 519 unidades. Atualmente, são 2.109 CREAS no Brasil.

O número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) também cresceu com a implantação de 674 novos centros, chegando a 7.475 unidades em 2011. A busca ativa para identificação de pessoas extremamente pobres que estão fora da rede de proteção social está entre as principais atividades dos CRAS.

Pela primeira vez, o Censo SUAS incluiu pesquisa sobre os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP). Criados em 2009, já são 90 centros implantados em 21 estados.



Infraestrutura

Execução do PAC 2 segue em ritmo adequado

Mais investimentos para ampliar e aprimorar a infraestrutura do Brasil

Em um ano e meio, o PAC 2 executou R\$ 324,2 bilhões, o que representa 34% do total previsto até 2014. No primeiro semestre de 2012, o programa bateu novo recorde: foram executados R\$ 119,9 bilhões, 39% mais que no mesmo período de 2011.



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OBRAS CONCLUÍDAS

As obras concluídas representam investimento de R\$ 252,0 bilhões. Desse total, R\$ 211,0 bilhões foram executados até junho de 2012, o que equivale a 29,8% do previsto para ser concluído até 2014.

Os principais destaques são:

- **Rodovias:** 909 km entregues;
- **Portos:** 12 empreendimentos finalizados;
- **Aeroportos:** 16 empreendimentos entregues;
- **Equipamentos para estradas vicinais:** 1.275 retroscavadeiras entregues;
- **Sistema energético:** acrescidos 3.886 megawatts;
- **Transmissão de energia elétrica:** 2.669 km de linhas de transmissão e 6 subestações;

- **Luz para Todos:** 286.184 ligações realizadas pelo programa;
- **Campos de petróleo:** 17 empreendimentos concluídos;
- **Refino e Petroquímica:** 12 empreendimentos finalizados;
- **Fertilizantes e Gás Natural:** 6 empreendimentos entregues;
- **Indústria Naval:** contratado o financiamento de 226 embarcações e 7 estaleiros;
- **Saneamento:** 365 empreendimentos finalizados;
- **Drenagem:** 21 obras realizadas;
- **Mobilidade urbana:** 1 empreendimento pronto;
- **Programa MCMV II:** 799.005 unidades habitacionais contratadas;
- **Financiamento Habitacional:** 661 mil contratos firmados;
- **Urbanização** de 564 assentamentos precários;
- **Recursos hídricos:** 17 empreendimentos, 35 sistemas de esgotamento sanitário e 95 localidades com sistemas de abastecimento;
- **Água em áreas urbanas:** 383 empreendimentos realizados.

OBRAS SEGUEM BOM RITMO



- **Poços exploratórios do Pré e Pós-sal:** 321 poços iniciados, sendo 161 em mar e 160 em terra. Destes, 203 foram concluídos.

- **Geração de energia elétrica:** 108 obras em andamento, que aumentarão em 30.759 MW a capacidade de geração de energia do país. São 11 hidrelétricas, 31 termelétricas, 58 usinas eólicas e 8 pequenas centrais hidrelétricas em construção.
- **Transmissão de energia:** 24 linhas estão em obras, totalizando 10.212 km, além de 28 subestações transformadoras de energia.
- **Refino e petroquímica:** destaque para as obras:
 - Refinaria Abreu e Lima/PE – 55% realizados;
 - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – 30% realizados;
 - Refinaria Premium I/MA – iniciada.



Transporte

- **Rodovias:** 6.299 km com obras em andamento.
- **Ferrovias:** 3.061 km em construção.
- **Hidroviás:** 20 terminais em construção.



Equipamentos Sociais

Os projetos selecionados estão avançando em ritmo acelerado:

- Foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília e São Gonçalo do Amarante/RN.
- Sete Módulos Operacionais previstos já foram concluídos, ampliando a capacidade de circulação nos aeroportos brasileiros em mais 8 milhões de passageiros.
- Concluídas obras de dragagem nos portos de Fortaleza, Natal e Santos, o que permitirá receber navios com maior capacidade de carga.

- Contratadas 99,6% das 7.563 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 91,5% das 270 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) selecionadas;
- Contratadas 97% das 3.019 creches e pré-escolas selecionadas;
- Contratadas 98,1% das 2.862 quadras esportivas selecionadas;
- Contratadas 100% das 359 Praças dos Esportes e da Cultura, em 325 municípios das 27 unidades da federação. Deste total, 35 Praças dos Esportes e da Cultura têm autorização para início de obras.

- A plataforma P-59, da Petrobras, foi inaugurada e irá perfurar poços em toda costa.
- 4 turbinas da hidrelétrica de Santo Antônio entraram em operação em tempo recorde, gerando mais energia para o desenvolvimento do País.
- Mais de 2 mil km de linhas de transmissão de energia entraram em operação. Uma dessas linhas é a interligação de Cuiabá, no Mato Grosso, a Rio Verde, em Goiás, com 600 km de extensão, parte central de uma linha com 2.300 km que vai escoar a energia das usinas do Madeira ao sistema elétrico do Sudeste.



Saneamento

- R\$ 35,5 bilhões investidos na execução de obras de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.
- 96% das obras e projetos de saneamento estão contratados, beneficiando cerca de 3 mil municípios em todas as Unidades da Federação.



Assentamentos precários

- 99% das obras e projetos de urbanização de assentamentos precários estão contratados, do total de R\$ 28 bilhões selecionados.



Outras Obras

- Contenção de encostas: contratados R\$ 595 milhões para 117 empreendimentos em 10 estados.
- Água em Áreas Urbanas: R\$ 12,2 bilhões contratados, quase a totalidade dos R\$ 12,9 bilhões selecionados.

PAC Mobilidade Grandes Cidades

A seleção dos empreendimentos que serão apoiados pelo PAC Mobilidade Grandes Cidades, que visa ampliar a oferta de transporte público de qualidade nas cidades brasileiras com mais de 700 mil habitantes, foi concluída em abril. Foram selecionados projetos em 22 municípios que, por seu grande impacto, irão melhorar as condições de mobilidade de 53 milhões de brasileiros em 51 municípios.

Serão investidos R\$ 32,7 bilhões, sendo R\$ 10,3 bilhões do Orçamento Geral da União, R\$ 12,1 bilhões em financiamento de bancos federais e R\$ 10,3 bilhões em contrapartidas estaduais ou municipais.

As intervenções previstas no PAC Mobilidade Grandes Cidades envolverão:

- 800 km de vias de transporte urbano novas ou modernizadas, sendo 600 km de corredores de ônibus e 200 km de trilhos.
- 7 novas linhas de metrô em 6 cidades.
- 1.060 novos trens e VLTs.
- 381 terminais de passageiros e estações novos ou modernizados.

Desenvolvimento econômico

Estímulo à economia

Novas medidas em prol do investimento e do crescimento em 2012

ALTERAÇÕES NA POUPANÇA

A nova regra de remuneração da poupança entrou em vigor a partir de 04 de maio e afeta apenas os depósitos efetuados a partir dessa data. Todos os R\$ 433 bilhões depositados nas cerca de 100 milhões de cadernetas existentes antes da mudança de regra não sofrerão qualquer alteração.

Pelas novas regras, sempre que a taxa de juros básica da economia (Selic) estiver acima de 8,5% ao ano, a poupança será atualizada pela soma da Taxa Referencial (TR) e o percentual fixo de 0,5% ao mês (ou TR mais 6,17% ao ano). Se a taxa Selic for igual ou inferior a 8,5% ao ano, a remuneração da poupança será de 70% do valor da Selic, acrescida da TR.

A mudança garante um alto nível de rendimento da poupança frente à Selic. De janeiro de 2000 a abril de 2012, a poupança rendeu em média 57,2% da Selic. Em 2010, esse rendimento atingiu o recorde de 70,5%.

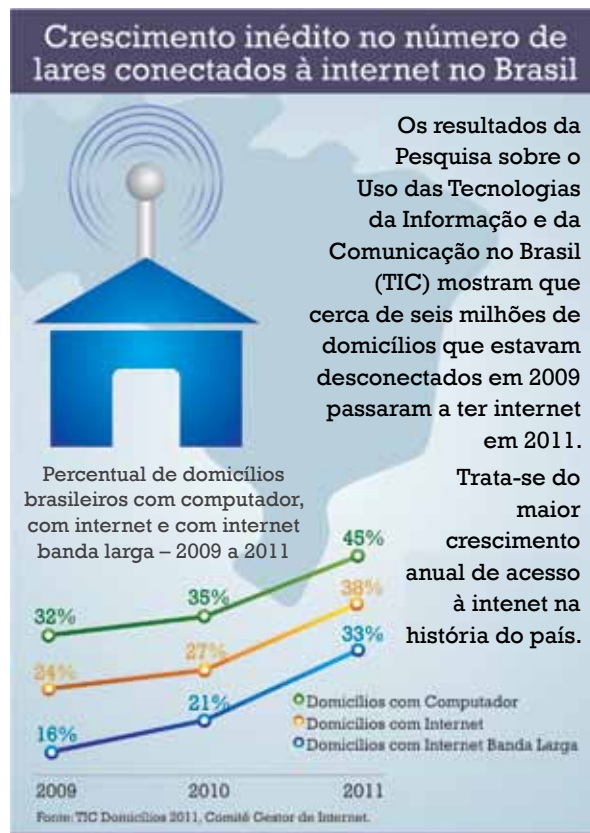
A regra anterior funcionava como obstáculo para a queda da taxa de juros brasileira, pois estabelecia patamar mínimo para a Selic. Ao remover essa restrição, cria-se condição para a redução das taxas de juros, que beneficia toda a sociedade, por seu impacto no investimento e no crescimento da economia.

RECORDE DE EXPANSÃO DA BANDA LARGA NO PAÍS

O Programa Nacional de Banda Larga completou dois anos com excelentes resultados.

Ampliação do acesso: o número de acessos fixos e móveis à internet cresceu 157%, passando de 28,4 milhões, em maio de 2010, para 73,0 milhões, em abril de 2012.

Redução dos Preços: até abril de 2012, 1.396 municípios já tinham internet a R\$ 35 por mês. As conexões são de um megabit por segundo.



BRASIL TERÁ CELULARES DE QUARTA GERAÇÃO

As faixas de frequência necessárias à implementação de telefonia móvel de quarta geração (4G, que permitem conexões à internet 10 vezes mais rápidas do que as dos celulares atuais) em áreas urbanas e de telefonia e banda larga nas áreas rurais foram licitadas em junho, arrecadando R\$ 2,93 bilhões aos cofres públicos. As faixas licitadas foram: **Faixa de 2,5 Gigahertz (GHz) para área urbana:** implantará serviços de quarta geração em municípios com mais de 100 mil habitantes até dezembro de 2016. As cidades sedes da Copa das Confederações terão o serviço até abril de 2013 e as da Copa do Mundo até dezembro de 2013. Com isso, o Brasil será o primeiro país do mundo a oferecer essa tecnologia durante eventos de porte global.

Faixa de 450 Megahertz (MHz) para área rural: oferta de serviços de voz e dados (internet banda larga) nas áreas rurais distantes até 30 km das sedes municipais até dezembro de 2015. Também será levada internet a todas as escolas públicas rurais da área de cobertura.

NOVAS MEDIDAS E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR

Financiamento

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, terá aporte adicional de R\$ 45 bilhões do Tesouro Nacional para conceder empréstimos ao setor produtivo. O PSI-4, atualmente vigente, tem validade até dezembro de 2013.

As taxas de juros foram reduzidas e os prazos de amortização de quase todas as linhas do banco alargados para estimular o investimento.

Redução de Impostos e Contribuições Sociais

Desoneração da Contribuição Patronal ao INSS: ampliação da desoneração da contribuição patronal para mais 11 setores, totalizando 15 setores com substituição da contribuição de 20% sobre a folha de salários por uma taxa sobre o faturamento.

Automóveis: houve redução do IPI sobre automóveis e redução do IOF sobre o crédito às pessoas físicas. Em contrapartida, o setor privado se comprometeu a dar descontos, sobre o preço da tabela, de 2,5% para carros mil cilindradas, 1,5% para carros entre mil e duas mil cilindradas e 1% para utilitários.

Linha Branca, Móveis e Laminados da Construção Civil: foram prorrogadas, até 30 de agosto de 2012, as reduções de IPI dos produtos da linha branca (refrigeradores, freezers, lava-roupas) e fogões e, até 30 de setembro de 2012, a isenção de IPI de móveis. Houve também nova desoneração do IPI para os forros PVC utilizados na construção civil, passando de 10% para 5%.

Infraestrutura de telecomunicações: criado o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), que permite a suspensão do IPI e do PIS-COFINS sobre o investimento (equipamentos e obras civis) em redes de telecomunicações. A suspensão dos impostos valerá até 31/12/2016. O regime possibilitará a antecipação de investimentos em modernização e expansão de redes de telecomunicações. Estima-se que os benefícios fiscais levem a um aumento de investimentos em banda larga de R\$ 15,85 bilhões nos próximos cinco anos.

MEDIDAS DE DESONERAÇÃO SELECIONADAS				
Medida	Setor	Alíquota Anterior (1)	Nova Alíquota	Vigência
Desoneração da Contribuição Patronal ao INSS, incidente sobre a folha de pagamentos	Têxtil	2,32%	1%	Até 31/12/2014
	Confecções*	2,32%	1%	
	Couro e calçados*	3,28%	1%	
	Móveis	2,09%	1%	
	Plásticos	1,87%	1%	
	Material elétrico	1,88%	1%	
	Auto-peças	2,19%	1%	
	Ônibus	1,72%	1%	
	Naval	4,59%	1%	
	Aéreo	2,83%	1%	
	Bens de capital mecânico	2,24%	1%	
	Hotéis	4,18%	2%	
	Tecnologia da Informação e Comunicação*	3,35%	2%	
	Call Center*	3,15%	2%	
Design House (chips)	6,67%	2%		
Redução do IPI para o Setor Automotivo	Automóveis até 1000 cilindradas	37%	30%	Até 31/08/2012
	Automóveis de 1000 a 2000 cilindradas	41% a 43%	35,5% a 36,5%	
	Utilitários	34%	31%	
Redução do IOF	Crédito à Pessoa Física	2,5%	1,5%	

Fonte: Ministério da Fazenda.

(1) No caso da desoneração da folha, a alíquota anterior é a alíquota estimada sobre o faturamento correspondente à alíquota de 20% sobre a folha de pagamentos do setor, também chamada de alíquota neutra.

* Setores que já pagam alíquota de 1,5% ou 2,5% sobre receita bruta, conforme Lei 12.546/2012

Doações a instituições sem fins lucrativos: criados o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Os programas incentivam doações às instituições sem fins lucrativos que atuam na prevenção e combate ao câncer e na assistência e integração das pessoas com deficiência, por meio da dedução das doações da base de cálculo do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Terá vigência até o ano-calendário 2016 para pessoas jurídicas e 2015 para pessoas físicas.

Investimento em Portos e Ferrovias: o Reporto, com vigência até dezembro de 2015, foi ampliado para desonerar também o investimento em arma-

zenagem, proteção ambiental e eficiência energética, bem como sistemas de monitoramento e segurança. A desoneração do programa é de IPI, PIS-COFINS e Imposto de Importação.

Um computador por aluno: foi reinstituído o PROUCA (Programa Um Computador por Aluno), que suspende o IPI, PIS-COFINS e CIDE da venda de computadores, softwares e serviços para a inclusão digital nas escolas do país.

Defesa Comercial

Operação Maré Vermelha: iniciada em março de 2012, é a maior operação fiscal já realizada pela Receita Federal do Brasil nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, visando a combater o comér-

cio desleal. Tem como foco o combate à importação irregular de bens de consumo dos setores industriais mais afetados pela ocorrência de práticas desleais de comércio. De março a junho de 2012, a realização de verificação física aumentou 61,7% frente ao mesmo período de 2011. Foram retidas mais de 46 mil operações de importação.

Fim da Guerra dos Portos: o Senado Federal aprovou resolução que coloca fim à guerra dos portos, que vinha estimulando as importações em detrimento do produto nacional. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, o ICMS em operações interestaduais de bens e mercadorias importados foi unificado em alíquota de 4%.

Prioridade para mais produtos nacionais nas compras públicas

Foi ampliado o leque de bens e serviços nacionais que terão margem de preferência nas compras governamentais. Esses produtos poderão, dentro do percentual indicado, custar mais que os importados e, ainda assim, terem preferência na aquisição.

NOVAS MARGENS DE PREFERÊNCIA PARA COMPRAS GOVERNAMENTAIS		
Produtos	Margem de Preferência	Prazo
Medicamentos nacionais que utilizem em sua formulação fármacos importados	8%	31/03/2014
Medicamentos nacionais que utilizem em sua formulação fármacos nacionais	20%	31/03/2017
Fármacos	20%	31/03/2017
Biofármacos	25%	31/03/2017
Retroescavadeiras	10%	31/12/2015
Motoniveladoras	18%	
Vestuário, calçados e acessórios	20%	31/12/2013

Novo Regime Automotivo 2013-2017

As empresas de automóveis instaladas no Brasil que cumprirem requisitos mínimos de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e engenharia, além de internalizar etapas de produção e aderir ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do INMETRO, poderão ter até 30 pontos percentuais de desconto na alíquota de IPI. O desconto dependerá do volume de peças e matérias primas regionais, incluindo o Mercosul, utilizado em seu processo produtivo. Quanto maior o conteúdo regional, maior o desconto de IPI.

É PRECISO CUMPRIR 3 DOS 4 CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA TER DESCONTOS DE IPI. OS MÍNIMOS A SEREM CUMPRIDOS AUMENTAM ATÉ 2017.		
Crítérios	2013	2017
P&D e Inovação	0,15% da receita operacional bruta	0,5% da receita operacional bruta
Engenharia e Tecnologia Industrial Básica	0,5% da receita operacional bruta	1% da receita operacional bruta
Etapas Fabris	8 de 12 etapas - leves 10 de 14 etapas - pesados	10 de 12 etapas - leves 12 de 14 etapas - pesados
Etiquetagem	No mínimo 25% dos veículos produzidos	100% dos veículos produzidos

Haverá redução adicional de até dois pontos percentuais na alíquota de IPI para empresas que cumprirem metas de investimento, acima do mínimo exigido, em P&D e Engenharia.

As empresas com projetos de investimento já aprovados no Brasil poderão acessar os benefícios do novo regime automotivo a partir do início da produção.

AMPLIANDO O FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Taxa de Juros de Longo Prazo atinge o seu menor nível histórico

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que remunera os empréstimos do BNDES, dentre outros financiamentos públicos, passou de 6% ao ano para 5,5% ao ano. A nova taxa vigorará de 1º de julho a 30 de setembro de 2012.

Nova linha de crédito de R\$ 20 bilhões para os estados e o DF

Está em vigor desde 09 de julho a maior linha de crédito criada para os 26 estados e o Distrito Federal, chamada Pró-Investe. No valor de R\$ 20 bilhões e direcionada ao investimento, será operada pelo BNDES.

O custo do financiamento para os estados será:

- com garantia da União: TJLP + 1,1% ao ano;
- sem a garantia da União: TJLP + 2,1% ao ano.

A contratação dos financiamentos poderá ser feita até 31 de janeiro de 2013, com prazo de pagamento de até 20 anos, incluídos até dois anos de carência. A distribuição dos recursos foi feita de acordo com os seguintes critérios: 40% segundo a distribuição do Fundo de Participação Estadual (FPE); 40% segundo a população; e 20% divididos igualmente entre todas as 27 unidades da federação.

O limite máximo de financiamento da nova linha para cada Estado está disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4109_v1_0.pdf

APROVAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO

Foi instituído o novo regime de previdência para os servidores públicos da União. Os novos servidores terão direito a benefício de aposentadoria e pensão limitado ao valor do benefício máximo pago pelo INSS, hoje de R\$ 3.916,20. Para receber parcela adicional, os servidores contribuirão mensalmente para as novas fundações de previdência complementar do Executivo, Legislativo ou Judiciário federais. Haverá contrapartida da União igual à contribuição do servidor, até o limite de 8,5%.

Os servidores contratados antes da vigência da nova lei poderão permanecer no antigo regime ou optar pela migração.

A criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) possibilitará a constituição do maior fundo de pensão do país, permitindo a ampliação das bases de financiamento do investimento.

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

Microempreendedor Individual (MEI): em junho de 2012, o número de empreendedores formalizados atingiu 2,2 milhões, crescimento de 35% frente a dezembro de 2011 (1,6 milhão).

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – Crescer: desde o início do programa, em setembro de 2011, até abril de 2012, foram contratadas 1,35 milhão de operações, no valor de R\$ 1,7 bilhão. Apenas em 2012 foram 747 mil operações.

PAC EQUIPAMENTOS: COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Para estimular a produção industrial foi lançado o PAC Equipamentos – Programa de Compras Governamentais, voltado para a compra de máquinas, ambulâncias, ônibus escolares, entre outros. O programa envolverá compras de R\$ 8,4 bilhões, a serem realizadas no 2º semestre de 2012.

Além do maior volume de recursos, as regras para licitação de equipamentos e materiais hospitalares dão preferência ao produto nacional, com margens estipuladas no Decreto nº 7.767, de junho de 2012.

PAC EQUIPAMENTOS: NOVAS MARGENS DE PREFERÊNCIA

Equipamentos e Materiais Hospitalares	Margem de Preferência	Prazo de Vigência
Alta complexibilidade tecnológica (tomógrafos, marcapassos, máquinas de hemodiálise, catéteres, etc)	25%	30/06/2017
Média-alta complexidade tecnológica (Raio X, mamógrafos, monitores, etc)	20%	
Média-baixa complexibilidade tecnológica (Desfibriladores, eletrocardiógrafos, preservativos, luvas, seringas, implantes, etc)	15%	
Baixa complexidade tecnológica (cadeiras de rodas, mesas cirúrgicas, etc).	8%	

PAC EQUIPAMENTOS

Equipamentos	Unidades	Valor (R\$ milhões)	Destinação
Caminhões	8.000	2.280,2	Equipar as Forças Armadas e Estados e Municípios com problemas climáticos (seca e outros)
Patrulha Agrícola (tratores + implementos)	3.000	870,0	Aumentar a produtividade da agricultura dos Municípios
Retroescavadeiras	3.591	650,0	Melhorar as estradas vicinais e o escoamento da produção dos Municípios
Motoniveladoras	1.330	638,6	
Perfuratrizes	50	13,5	Perfuração de poços para região da seca
Furgão: Ambulância	2.125	326,3	Sistema Único de Saúde
Furgão: Unidade Odontológica Móvel	1.000	154,2	Sistema Único de Saúde
Trens Urbanos (vagões)	160	721,0	CBTU e Transurb
Motocicletas	500	22,3	Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal
Blindados Guarani	40	342,4	Defesa
Veículo Lançador de Míssil - ASTRO 2020	30	246,0	Defesa
Ônibus	8.570	1.714,0	Programa Caminho da Escola
Mobiliário Escolar	3.000.000	456,0	Equipar as escolas
Total		8.434,5	

Direitos e cidadania

Consolidar e ampliar direitos

Diálogo social e políticas públicas para a consolidação da democracia

PLANO VIVER SEM LIMITE

Ações estão sendo concretizadas em todo o país

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência foi instituída para ampliar a assistência a pessoas com deficiência no âmbito do SUS. Estão sendo constituídos, em todos os estados brasileiros, Grupos Condutores Estaduais para a realização do diagnóstico e o levantamento de necessidades de expansão e adequação da rede nas cidades.

Foram criados incentivos financeiros à construção, reforma ou ampliação e ao custeio dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), bem como à aquisição de equipamentos e materiais permanentes e ao serviço de oficina ortopédica. Serão investidos R\$ 890 milhões em 2012.

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- promoção de processos de reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e de múltiplas deficiências;
- prevenção e identificação precoce de deficiências na fase pré, peri e pós-natal, infância, adolescência e vida adulta;
- ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM);
- formação permanente dos profissionais de saúde;
- reinserção das pessoas com deficiência, por meio do acesso ao trabalho, à renda e à moradia solidária;
- produção de informações sobre direitos das pessoas, medidas de prevenção e cuidado e serviços disponíveis na Rede.

Maior acesso à educação para pessoas com deficiência

Transporte acessível: Já foram empenhados recursos para a aquisição de 635 ônibus escolares acessíveis em 2012, superando a meta deste ano (609 ônibus). Até 2014 serão adquiridos 2.609 ônibus escolares acessíveis;

Salas de Recursos Multifuncionais: 13.500 salas de recursos e 1.500 kits de atualização adquiridos em 2011 estão sendo entregues. Mais 15 mil kits estão em processo licitatório.

Escola Acessível: em 2012, serão beneficiadas 10 mil escolas com recursos para acessibilidade física.



ACESSIBILIDADE: ISENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE EQUIPAMENTOS E PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, INTELLECTUAL E AUTISTA

Equipamentos: foram isentas de pagamento de PIS/PASEP e COFINS a importação e a venda no Brasil de equipamentos de acessibilidade como impressoras em braille, *mouses* com acionamento por pressão, peças e acessórios para cadeiras de rodas, teclados adaptados, *scanners* com sintetizador de voz, próteses, aparelhos de audição e neuroestimuladores para mal de Parkinson, dentre vários outros;

Veículos: a isenção de ICMS para aquisição de veículos foi estendida também a pessoas com deficiência visual, intelectual ou autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal ou assistente. A decisão tomada em abril pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz entra em vigor em janeiro de 2013.

AÇÕES AFIRMATIVAS

O Supremo Tribunal Federal julgou improcedentes a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, relativa ao sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), e o Recurso Extraordinário nº 597285, relativo ao sistema de cotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), decidindo pela constitucionalidade das políticas de reserva de vagas adotadas nestas universidades. Com isto, o STF reconhece como constitucional o uso de políticas de cotas como ação afirmativa.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em junho foram inaugurados Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Macapá e um Centro de Referência Bilateral de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Migrantes em Roraima, como parte de uma parceria entre o Brasil e a Venezuela. Atualmente existem 1.011 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência no país.

O Ligue 180, serviço gratuito, 24 horas, que presta informações e orientações às mulheres sobre os diversos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, registrou 201.569 chamadas no primeiro trimestre de 2012. Este número corresponde a uma média de 2.240 ligações por dia, das quais cerca de 58% se referem a violência física. Além da importância do atendimento prestado, o Ligue 180 é relevante para o levantamento de informações que subsidiam a construção da política de enfrentamento da violência e para o monitoramento dos serviços que integram a rede em todo o país.

Mais investimento nas bibliotecas

As ações de construção e modernização de bibliotecas são prioritárias no Programa Nacional do Livro e da Leitura em 2012. Serão aplicados R\$ 254 milhões:

- na implantação de bibliotecas com telecentros nas Praças dos Esportes e da Cultura e em bibliotecas do Espaço Mais Cultura;
- na construção e reforma de bibliotecas-parque e de bibliotecas de referência;
- no apoio às bibliotecas comunitárias e pontos de leitura;
- na implantação, revitalização e modernização de bibliotecas municipais;
- na ampliação dos acervos;
- na formação de bibliotecários e funcionários de 2.700 bibliotecas municipais e comunitárias de 1.500 municípios em todos os estados.

SELO DO COMPROMISSO DA CANA-DE-AÇÚCAR



O selo Empresa Compromissada foi criado para identificar e reconhecer as empresas que cumprem as diretrizes do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Firmado

em junho de 2009 pelo Governo Federal e entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético, o Compromisso tem por objetivo aprimorar as condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, além de promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

As principais iniciativas do Compromisso são a contratação direta dos trabalhadores, sem intermediários (“gatos”), com registro em carteira de trabalho; a transparência na aferição da produção; a garantia de diária equivalente ao piso salarial; o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e de transporte seguro e gratuito; a promoção da saúde e segurança dos trabalhadores; e a garantia de acesso de dirigentes sindicais aos locais de trabalho.

Após a adesão ao compromisso, que é voluntária, as empresas são submetidas a um mecanismo de verificação, *in loco*, do cumprimento das práticas estabelecidas, realizado por empresas de auditoria independentes, acompanhadas das entidades representativas dos trabalhadores. O selo visa estimular as boas práticas empresariais pelo reconhecimento de sua responsabilidade social.

Em junho de 2012, a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional concedeu o selo de boas práticas a 169 empresas consideradas cumpridoras de todas as iniciativas empresariais estabelecidas no Compromisso Nacional, cuja validade foi prorrogada até abril de 2013.

DIREITO DO CONSUMIDOR GANHA NOVA ESTRUTURA COM A SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

A área de Direito do Consumidor tem novo órgão na estrutura do governo brasileiro, com *status* de secretaria nacional.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) coordena o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC), formado por Procons, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, entidades civis de defesa do consumidor e delegacias do consumidor.

Conduz também a Política Nacional das relações de consumo.

Entre as frentes de atuação da Senacon, estão:

- a ampliação do atendimento ao cidadão, apoiando os estados e municípios na criação de Procons, e a sociedade civil na organização de associações de consumidores;
- a estruturação de políticas de educação financeira para os consumidores, em conjunto com outros órgãos;
- a proteção de dados pessoais;
- o monitoramento do impacto das novas tecnologias na vida do consumidor;
- o controle de qualidade e segurança de produtos, atuando em conjunto com parceiros na prevenção de acidentes de consumo e em políticas que estimulem a melhora da qualidade de produtos;
- a análise de impacto regulatório para o consumidor, tais como a redução de custos e a melhora de qualidade nos serviços regulados como telefonia, banda larga, crédito, transporte aéreo e terrestre e planos de saúde.

PRÊMIO ODM

A 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil reconheceu 20 organizações sociais e prefeituras que apresentaram as melhores práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Nessa edição, foram inscritas 1.638 práticas – sendo 918 de organizações e 720 de prefeituras.

O Prêmio ODM Brasil é uma iniciativa pioneira no mundo e foi criado em 2004 com a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Saúde

Mais Acesso e Qualidade no Atendimento

Ampliação dos investimentos para garantir serviços de qualidade a todos os brasileiros

REDE CEGONHA

Em seu primeiro ano, o programa ajuda a reduzir em 21% os óbitos maternos

Adesão à Rede Cegonha: até junho de 2012, haviam aderido à rede 27 estados e 2.900 municípios, cobrindo mais de 1,4 milhão de gestantes, o que representa 63% das gestantes no SUS.

Novos Leitos: repassados mais de R\$ 2,63 bilhões aos estados e municípios para instalação de novos leitos, qualificação e custeio da assistência. Em junho de 2012, eram 3.492 leitos da Rede Cegonha disponíveis no SUS e até o final de 2012 serão habilitados mais 2.001 novos leitos.

Pré-natal: 1.885 municípios, em 26 estados, receberam R\$ 46 milhões em junho de 2012, em parceria única, para ampliação dos exames de pré-natal e aquisição de testes rápidos de gravidez.

Sonar: todas as unidades básicas de saúde que realizam o pré-natal receberão o sonar, equipamento para auscultar e monitorar o coração do bebê na barriga da mãe. Já foram distribuídos mais de seis mil para as unidades da Bahia e Pernambuco.

Auxílio deslocamento para consulta de pré-natal e parto: 721 gestantes já receberam o auxílio de até R\$ 50. Em junho de 2012, 5.553 gestantes, em 304 municípios de 16 estados, estavam cadastradas para receber o auxílio.

Gestantes e nutrizes de baixa renda: em abril de 2012, 181,3 mil nutrizes e 101 mil gestantes passaram a ser beneficiárias do Bolsa Família.

Mortalidade Materna diminui 21%

Entre janeiro e setembro de 2011, ocorreram 1.038 óbitos por complicações na gravidez e no parto, contra 1.317 óbitos no mesmo período de 2010.

Em 2011, mais de 1,7 milhão de gestantes fizeram no mínimo sete **consultas de Pré-Natal**.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E DE MAMA

Exames de mamografias: mais de 986 mil exames foram realizados na faixa prioritária de 50 a 69 anos, de janeiro a maio de 2012. Aumento de 19% em relação ao mesmo período de 2011.

Para todas as faixas etárias, os dados preliminares de janeiro a março de 2012 registram 1,3 milhão de exames de mamografia de rastreamento.

Exames de Papanicolau: mais de 3,4 milhões de exames foram realizados na faixa prioritária de 25 a 64 anos, de janeiro a maio de 2012.

Serviços de Referência para o Diagnóstico do Câncer de Mama: Repassados mais de R\$ 5 milhões para melhoria das condições e da capacidade de atendimento dos serviços de mastologia.

Serviços de Radioterapia: repassados R\$ 505 milhões para investimentos, sendo R\$ 325 milhões

para obra da estrutura física (casamata) e R\$ 180 milhões para a compra de aceleradores lineares, equipamentos de alta tecnologia usados em radioterapia.

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

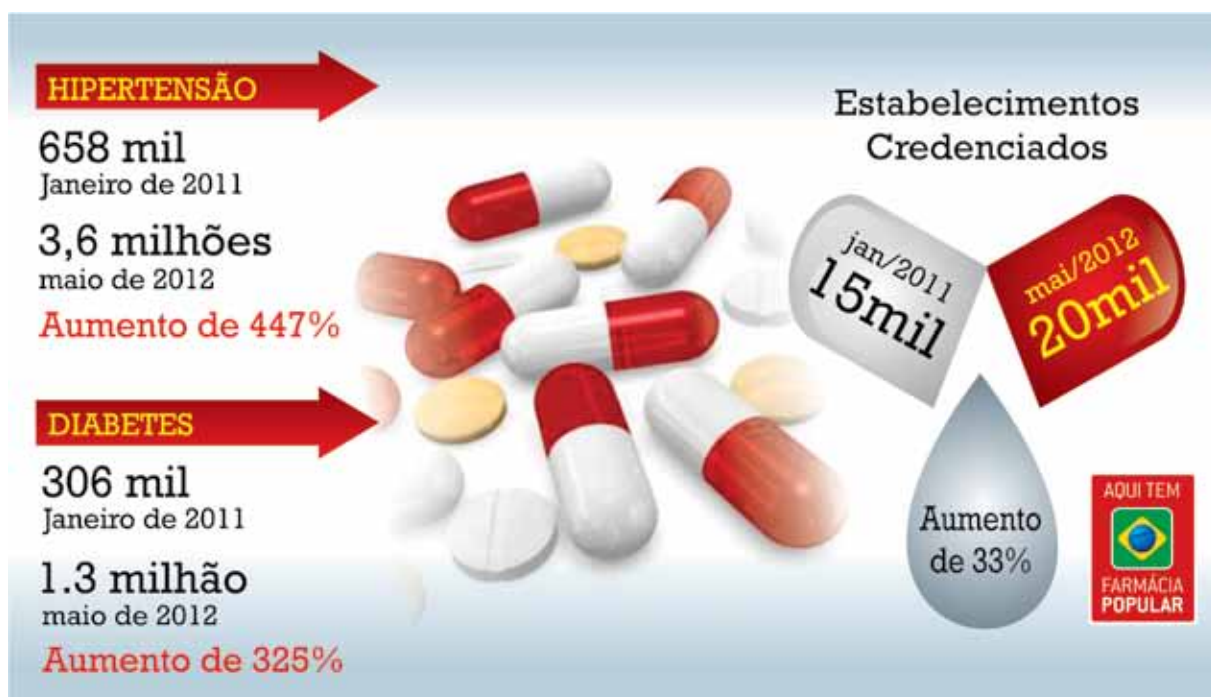
Medicamento gratuito para Asma

A inclusão dos medicamentos gratuitos para asma no Saúde Não Tem Preço faz parte da Ação Brasil Carinhoso, lançada em maio de 2012. São três medicamentos em dez apresentações, que poderão ser retirados nas unidades do programa Aqui Tem Farmácia Popular.

Após 45 dias do início da gratuidade dos anti-asmáticos, mais de 83 mil pessoas haviam retirado os medicamentos nas farmácias populares do país. Comparado ao número de pessoas que adquiriram os medicamentos nos 45 dias antes do início da gratuidade, o aumento no acesso foi de 60%.

Acesso ao tratamento cresceu 447% entre hipertensos e 325% para diabéticos

Quase 11 milhões de pessoas receberam medicamentos gratuitos nas mais de 20,5 mil farmácias privadas e públicas, desde fevereiro de 2011, quando foi iniciado o programa.



AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS DO SUS – RENAME

A lista de remédios ofertada pelo SUS foi ampliada em 260 itens. Agora são 810 itens com inclusão de todos os medicamentos de uso ambulatorial – entre eles, insumos e vacinas, além dos medicamen-

tos da atenção básica. Destaque para a inclusão dos medicamentos usados para diagnóstico, cuidado e prevenção de infarto, o que amplia o tratamento e possibilita reduzir em 31% o risco de sequelas de acidente vascular cerebral (AVC).

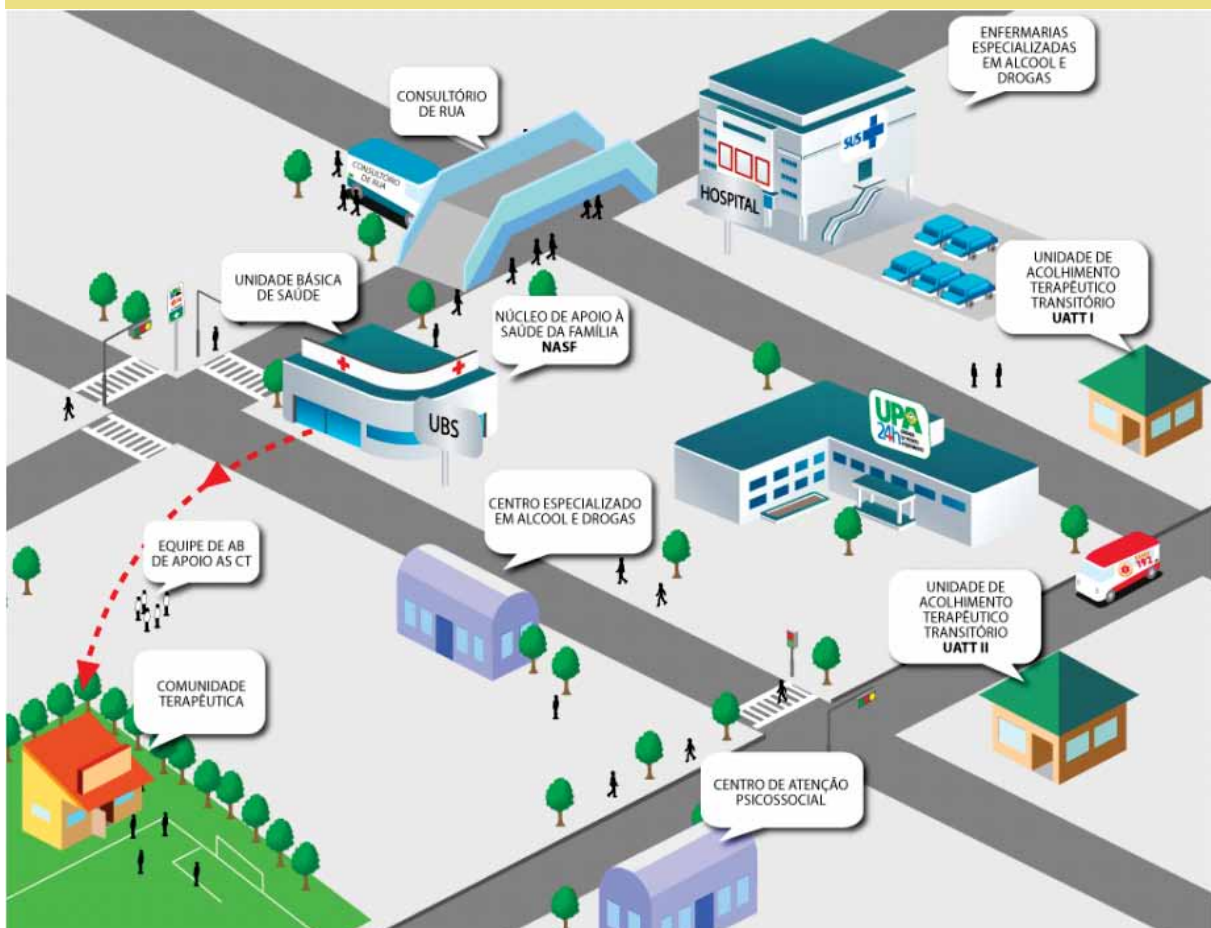
PLANO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

Ampliação dos serviços para aumentar a atenção e o cuidado em saúde para os usuários

Oito estados (PE, AL, RJ, RS, MG, AC, SC, ES) aderiram ao programa Crack, é Possível Vencer!. O governo federal já disponibilizou mais de R\$ 1 bilhão para investimentos até 2014, em ações de assistência a usuários e de repressão ao tráfico, nos eixos atenção e cuidado em saúde, prevenção e autoridade.

Serviços instalados e em funcionamento até junho de 2012

- 74 consultórios de rua.
- 4.121 leitos de enfermaria especializada.
- 22 unidades de acolhimento adulto e 22 de acolhimento infanto-juvenil.
- 130 CAPS Álcool e Drogas.
- Oito CAPS-AD 24h.
- 78 comunidades terapêuticas oferecendo 985 vagas.
- Nove Centros Regionais de Referência: DF(2), BA(2), RJ(1), AL(1), RS(1), CE(1) e MG(1).
- 13 mil auxiliares de enfermagem e mais de 177 mil agentes comunitários de saúde capacitados.
- 500 profissionais de nível superior capacitados pela Universidade Aberta do SUS para atuarem em consultórios na rua e serviços de urgência.
- 30 mil alunos de cursos de graduação da área de saúde capacitados no tema crack e outras drogas.
- 27 novas vagas de residência médica em psiquiatria para regiões com escassez de profissionais.
- 93 novas vagas em residência multiprofissional.



SAÚDE TODA HORA

S.O.S Emergências

Repasse de recursos: liberados R\$ 23,1 milhões para reforma (R\$ 2,1 milhões por hospital) e R\$ 43,7 milhões para aquisição de equipamentos para 11 hospitais de emergência.

Ampliação de leitos: disponibilizados 1.710 leitos novos em UTI pediátrica e adulto; 2.899 leitos novos em enfermaria clínica e 738 leitos de retaguarda.

Portaria 100% SUS, de maio de 2012, destina incentivo de 20% no teto de Média-Alta Complexidade a unidades com 100% de seus serviços de saúde exclusivamente SUS.

Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA 24h

- Em junho de 2012, existiam 181 UPA 24h em funcionamento e 648 em implantação.
- Foram selecionadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), 136 novas unidades e 56 ampliações em 21 estados.
- As 83 UPA 24h habilitadas na Amazônia Legal receberam, a partir de junho de 2012, reajuste adicional de 30% no repasse mensal de recursos para custeio, para ajudar a fixar as equipes em locais distantes.

Samu 192

Cobertura populacional: mais de 114,5 milhões de brasileiros. Equivalendo a 57,3% da população do país.

Municípios cobertos: 1.604 municípios.

Centrais de regulação: 162 unidades.

Ambulâncias: 2.150 unidades (1.695 básicas e 455 avançadas), 400 motolâncias, oito ambulanchas e seis aeronaves/aeromédicos.

Repasse de custeio: mais de R\$ 392 milhões por ano.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS

Em junho de 2012, estavam em construção 3.966 unidades básicas de saúde, 5.247 em reforma e 5.458 haviam sido ampliadas com recursos do Programa de Requalificação de UBS. Além dessas, foi autorizada a seleção de projetos para a ampliação de mais de 5 mil unidades em todo país e para a reforma de outras 46 unidades em nove estados. Em maio de 2012, existiam 33.663 unidades básicas de saúde no país, crescimento de 7,8% em relação a 2011.

SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

Programa de Atenção Domiciliar – Melhor em Casa

Até junho de 2012, estavam habilitadas no programa 346 equipes de atenção domiciliar e 142 de apoio especializado para atender à população de 74 municípios em 19 estados. Destas, 152 equipes já estavam implantadas e recebendo custeio mensal de R\$ 7 milhões.

Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica

Das 17,7 mil equipes de atenção básica que aderiram ao programa em 2011, 17,5 mil equipes distribuídas em 3.972 municípios solicitaram avaliação externa. As equipes que forem bem avaliadas em indicadores como atendimento pré-natal, acompa-

nhamento de doentes crônicos, tempo de espera por consulta e adequada atenção à saúde do idoso poderão receber adicional de recursos de até 100%. Hoje, cada equipe recebe até R\$ 10,6 mil, conforme critérios socioeconômicos e demográficos. Se receberem o grau máximo na avaliação de desempenho, poderão receber até R\$ 21,6 mil por mês.

Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica – PROVAB

- **Profissionais Contratados:** em junho de 2012, eram 334 médicos, 122 enfermeiros e 110 cirurgiões–dentistas, totalizando 566 profissionais, em 266 municípios de 24 estados. A contratação foi efetivada pelos municípios.
- **Curso de Especialização ministrado pela UNASUS com foco na atenção básica:** em junho de 2012, eram 61 médicos, 431 cirurgiões dentistas e 1.250 enfermeiros, totalizando 1.742 profissionais em capacitação, em 463 municípios.

Mortalidade por Tuberculose – Brasil antecipou em cinco anos o cumprimento da meta dos Objetivos do Milênio, que era reduzir pela metade os óbitos pela doença entre 1990 e 2015.

Aumento de recurso para atenção básica em maio de 2012

- **Piso da Atenção Básica variável – PAB variável:** passou para R\$ 8,31 bilhões, aumento de 23% em relação a 2011. Entre os programas beneficiados estão os Programas de Melhoria do Acesso e da Qualidade, Saúde da Família, Saúde Bucal e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família.
- **Piso de Atenção Básica – PAB fixo anual:** passou para R\$ 4,1 bilhões, aumento de 11% em relação a 2011.

BRASIL SORRIDENTE

Recursos adicionais viabilizam a entrada em funcionamento do milésimo Laboratório de Prótese Dentária no país

- **Ampliada a produção de próteses dentárias:** até abril de 2012, a produção foi de 102 mil próteses e a estimativa é produzir mais 400 mil em 2012. Em 2011 foram produzidas 340 mil próteses.
- Entre janeiro 2011 e junho de 2012, foram credenciados 314 novos laboratórios regionais de prótese dentária, totalizando 1.120 unidades no país.
- Até maio de 2012, foram implantadas 1.163 novas equipes de saúde bucal, totalizando 21.587 equipes, presentes em 87,7% das cidades brasileiras.
- Distribuídas 100 unidades móveis odontológicas em março de 2012, beneficiando 100 municípios em situação de pobreza.
- Iniciado em maio, em 10 municípios, o atendimento odontológico com reabilitação protética, aos alunos dos cursos técnicos do Pronatec e Mulheres Mil, visando facilitar a inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

MELHORIA DA GESTÃO NO SUS

Carta SUS

Até maio, quase 1,3 milhão de pacientes da rede hospitalar pública receberam em casa carta-resposta com questionário de avaliação do atendimento recebido. O usuário pode conferir se os dados correspondem ao serviço efetivamente prestado e conhecer o custo total da internação. A carta pode ser respondida pelo paciente ou por um familiar.

Lei do cheque-caução, sancionada em maio, tornou crime a exigência de nota promissória ou o preenchimento de formulário como condição para atender urgências e emergências.

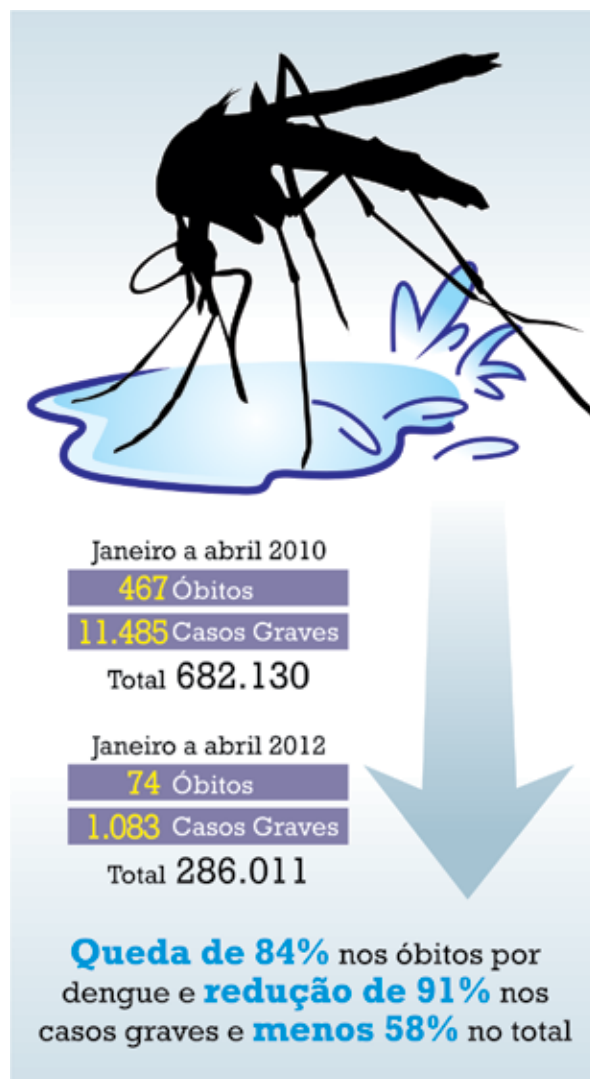
Portal Saúde baseada em Evidências

Disponibiliza conteúdos científicos aos profissionais da saúde por meio de acesso a publicações revisadas providas de protocolos clínicos baseados em evidências disponíveis em bases de dados na área da saúde.

Economia de R\$ 15 milhões na compra de remédio para Alzheimer amplia o acesso em 30%

A compra do medicamento Rivastigmina, indicado para Alzheimer, por meio de Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP), gerou economia de R\$15 milhões para o SUS. Até 2011, a compra do medicamento era feita pelas secretarias estaduais, com recursos repassados pelo governo federal. Em junho de 2012, o SUS contava com 32 parcerias firmadas com 34 laboratórios (10 públicos e 24 privados) para produção de 27 medicamentos além do Rivastigmina e de outros produtos como vacinas, teste diagnóstico e DIU. Nesta parceria, o laboratório privado produz o princípio ativo e transfere a tecnologia ao laboratório público, que fabrica o

medicamento. Como contrapartida, o governo garante exclusividade na compra do medicamento por cinco anos. A distribuição da Rivastigmina às secretarias estaduais foi iniciada em 30 de junho de 2012.



Educação

Avanços da Educação Infantil ao Ensino Superior

Ampliação do acesso à educação infantil, à educação profissional e tecnológica e ao ensino superior

EDUCAÇÃO INFANTIL

Em maio, foram assinados os termos de compromisso para a construção de mais 1.512 creches e pré-escolas nas 27 unidades da federação, envolvendo investimentos de R\$ 1,9 bilhão. A iniciativa faz parte da ação Brasil Carinhoso.

Com este anúncio, são 3.019 creches e pré-escolas aprovadas desde 2011, totalizando investimentos de R\$ 3,4 bilhões. Isso representa mais de 50% da meta da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).



CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE MAIS QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES

Em junho, foi autorizada a construção ou cobertura de mais 1.298 quadras esportivas escolares em 367 municípios e 18 estados. Serão investidos R\$ 394,6 milhões na construção de 421 novas quadras e na cobertura de outras 877 já existentes em escolas municipais e estaduais.

Já são 2.862 construções ou coberturas de quadras contratadas desde o início de 2011, totalizando mais de R\$ 1 bilhão em investimento. A previsão é contratar mais 1.731 construções e coberturas até o final de 2012.

MAIS PROFISSIONAIS NA REDE FEDERAL DE ENSINO

As instituições da rede federal de ensino foram autorizadas a preencher 77.178 cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas, para atender à necessidade de pessoal decorrente da política de expansão e interiorização das redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

Do total de cargos criados, destacam-se:

- 24.306 cargos de professores do ensino básico, técnico e tecnológico;
- 19.569 cargos de professores do ensino superior;
- 1.608 cargos de direção.

INSCRIÇÃO RECORDE NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Em 2012, foram 5.790.989 inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Exame tem se fortalecido como mecanismo de acesso às instituições de ensino superior, tanto públicas, quanto privadas, por ser o instrumento de avaliação adotado pelo SISU, critério de acesso ao ProUni, Fies, Ciência sem Fronteiras e ainda mecanismo de certificação de jovens e adultos no ensino médio.



SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)

Para a seleção do 1º semestre de 2012, foram registradas inscrições de 1.757.399 candidatos no Sistema de Seleção Unificada (SISU), que permite o acesso ao ensino superior exclusivamente pela nota obtida no ENEM. Foram disponibilizadas 108.560 vagas em 95 instituições públicas de ensino superior em todo o País. Pelo sistema, cada estudante pode fazer até duas opções de cursos e de instituições.

Para o 2º semestre de 2012, foram oferecidas pelo SISU 30.548 vagas em 56 instituições públicas de ensino superior, para as quais se inscreveram 642.878 candidatos.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Neste segundo semestre, serão oferecidas **90.311 bolsas** do ProUni, sendo:

- 52.487 integrais, para candidatos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.
- 37.824 parciais, para candidatos com renda familiar per capita de até três salários mínimos.

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE (FIES)

Em 2012, até o mês de junho, foram celebrados 210.936 contratos com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com desembolso de R\$ 1,7 bilhão.



O Fies financia até 100% das mensalidades do curso de graduação com taxa de juros de 3,4% ao ano, período de pagamento de até três vezes a duração do curso, mais 12 meses. A garantia para o financiamento pode ser feita por fiança tradicional ou fiança solidária. Estão dispensados da exigência de fiador os estudantes com renda familiar mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio, os matriculados em cursos de licenciatura, e os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni). Participam do programa 1.536 instituições de ensino superior particulares.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Já foram concedidas 14,9 mil bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Deste total 6,7 mil estudantes já estão no exterior.

Ampliadas parcerias com países e empresas:

Canadá: oferecerá, durante a vigência do programa, 12 mil vagas para estudantes brasileiros de graduação, doutorado e pós-doutorado.

Coreia do Sul: uma grande empresa sul-coreana receberá bolsistas para estágio nos seus centros de pesquisa nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia.

Reino Unido: parceria com o British Council para que dois mil estudantes de baixa renda façam exame de proficiência em língua inglesa gratuitamente. A parceria garantirá, além da gratuidade nos exames de proficiência, quatro mil livros preparatórios e 40 mil exames de nivelamento.

China: parceria para intercâmbio científico e educacional com o China Scholarship Council, que beneficiará cerca de 5 mil estudantes brasileiros até 2015.

AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO DE MÉDICOS

O MEC e o Ministério da Saúde anunciaram medidas para ampliar a quantidade de médicos no país, dentre as quais destacam-se:

- o número de vagas nas instituições federais que já possuem cursos de medicina será ampliado, e serão criadas novas faculdades de medicina em universidades que ainda não oferecem o curso. Foi autorizada a oferta de 355 novas vagas em universidades que já ofertam curso de medicina e mais 1.260 vagas em novos cursos. A previsão é de que 30% dessas 1.615 vagas sejam ofertadas já em 2013;
- as universidades estaduais e particulares com boa avaliação serão estimuladas a abrir novas vagas. Foram autorizadas 800 novas vagas, das quais 50% têm oferta prevista para o segundo semestre de 2012;
- serão ampliadas as oportunidades para residência médica no país, aumentando as vagas já existentes e buscando parcerias com hospitais de excelência que não tenham ligação com instituição de ensino da medicina.

Brasil Carinhoso

Atenção à Primeira Infância

Superação da extrema pobreza com fortalecimento de ações da educação e da saúde

Lançada em maio, a Ação Brasil Carinhoso vai beneficiar cerca de dois milhões de famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem em extrema pobreza. Serão investidos R\$ 10 bilhões até 2014 no Brasil Carinhoso.

Parte do Plano Brasil Sem Miséria, a Ação está estruturada em três eixos:

- Superação da Extrema Pobreza em famílias com crianças de 0 a 6 anos;
- Ampliação do Acesso à Creche, Pré-Escola e melhoria do atendimento;
- Ampliação do Acesso à Saúde.

SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

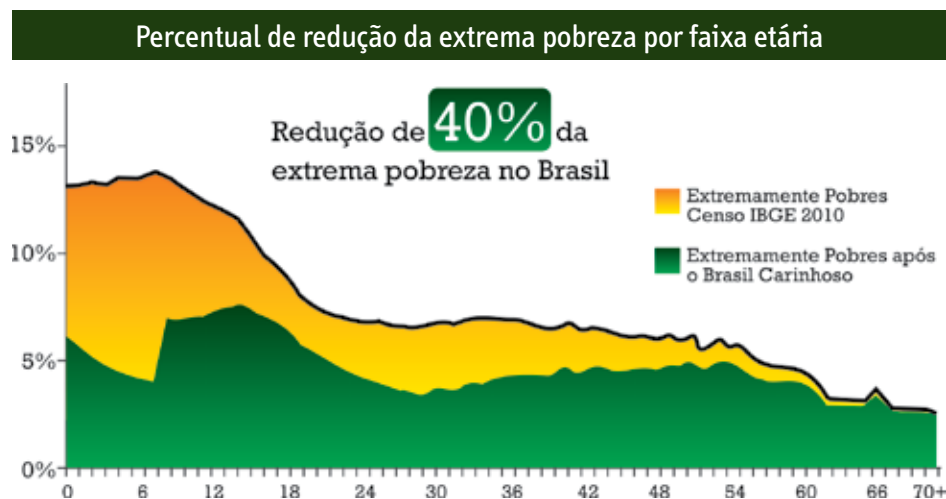
O Programa Bolsa Família foi ampliado e garantirá às famílias extremamente pobres com crianças de 0 a 6 anos, renda superior a R\$ 70 mensais por pessoa.

Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP): cada família receberá o valor necessário para que sua renda supere R\$ 70 por pessoa. O primeiro pagamento foi feito em junho a 1,97 milhão de famílias, beneficiando 2,7 milhões de crianças. Com o benefício, o valor médio do Bolsa Família para famílias com este perfil aumentou 55% – de R\$ 152,75, em maio, para R\$ 237,04, em junho.

Impacto imediato: redução da miséria em 40%, considerando todas as faixas etárias. Entre crianças de 0 a 6 anos, a redução é de 62%. Na região nordeste, chega a 73%.

ACESSO À CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Serão destinados recursos para aumentar o número de vagas e o valor repassado para custeio em creches e pré-escolas públicas ou conveniadas.



Unidades de Educação Infantil: seleção para construção de mais 1.512 creches e pré-escolas. Em 2011, foram selecionadas 1.507 unidades, das quais 98% estão contratadas. Até 2014, serão 6.427 novas creches ou pré-escolas.

Custeio antecipado: antecipação, em até 18 meses, do repasse do Fundeb para custeio das novas vagas.

Aumento de 50% nos recursos: para cada criança do Bolsa Família matriculada, a creche receberá R\$ 1.362 por ano, além dos atuais R\$ 2.725. Assim, poderá fazer compras de materiais e equipamentos, além de pequenas reformas.

Alimentação: aumento de 66% no valor repassado para alimentação das crianças nas creches e pré-escolas.

ACESSO À SAÚDE

Medicamentos para asma

Desde junho, três medicamentos para o tratamento de asma são distribuídos gratuitamente na rede Aqui Tem Farmácia Popular, por meio do Programa Saúde Não Tem Preço. Nos primeiros 45 dias de gratuidade, o número de beneficiados aumentou 60%. Os medicamentos para asma eram vendidos com desconto de até 90% pelo Programa Farmácia Popular, que atendia, anualmente, cerca de 200 mil pacientes. Com a gratuidade, estima-se que o total de pessoas atendidas chegue a 800 mil, das quais 50% são crianças até 11 anos.

Suplementação nutricional

A ação prevê a distribuição de doses de vitamina A e de suplemento de ferro em Unidades Básicas de Saúde (UBS).



A asma é a segunda principal causa de internação de crianças com até 6 anos no SUS.

Vitamina A: será distribuída para crianças com idade entre 6 meses e 5 anos, nas UBS e durante as campanhas de vacinação, prioritariamente nos municípios com alta concentração de extrema pobreza. A suplementação reduz em 24% o risco de morte infantil e em 28% a mortalidade por diarreia.

Suplemento de ferro: para crianças com idade entre 6 e 24 meses, visa prevenir a anemia nos primeiros meses de vida, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a redução da mortalidade infantil por anemia nutricional.

No Brasil, 20% das crianças com menos de 5 anos têm anemia. Em crianças com até 2 anos, chega-se a quase 60%.

Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola, que visa contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, será ampliado para atender creches e pré-escolas que tenham pelo menos 50% de crianças beneficiárias do Bolsa Família.

A meta em 2012 é chegar a todas as pré-escolas que estejam em escolas públicas já atendidas pelo programa. Até 2014, o objetivo é atender todas as creches e pré-escolas cujos municípios aderirem ao Programa.

Apoio à produção agrícola

Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra da Agricultura Familiar

Mais recursos, juros menores e maior cobertura de seguro são as marcas dos novos planos de financiamento da agricultura empresarial e familiar

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2012/2013

O ano safra que se inicia em julho de 2012 terá R\$ 115,2 bilhões para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos da agricultura empresarial brasileira, aumento de 7,5% em re-

lação à safra de 2011/2012. Serão R\$ 93,9 bilhões (81,5%) a juros controlados e R\$ 21,3 bilhões (18,5%) a juros livres.

O objetivo do Plano é aumentar a produção de grãos, fibras e oleaginosas dos atuais 161 milhões de toneladas para 170 milhões até junho de 2013.

Linhas de financiamento	Safra 2011 / 2012	Safra 2012 / 2013
Novas faixas de renda bruta / ano para enquadramento		
Médio produtor	De R\$ 110 mil até R\$ 700 mil	De R\$ 160 mil até R\$ 800 mil
Grande produtor	Acima de R\$ 700 mil	Acima de R\$ 800 mil
Aumento dos limites de financiamento por produtor / por ano agrícola		
Médio produtor	Até R\$ 400 mil	Até R\$ 500 mil
Grande produtor	Até R\$ 650 mil (custeio)	Até R\$ 800 mil (custeio)
	Até R\$ 1,3 milhão (comercialização)	Até R\$ 1,6 milhão (comercialização)
Redução das taxas de juros (ao ano)		
Médio produtor	6,25% (custeio)	5,0% (custeio)
Grande produtor	6,75% (custeio e comercialização)	5,5% (custeio e comercialização)
Cooperativas	6,75% (investimento)	5,5% (investimento)
	9,5% (capital de giro)	9,0% (capital de giro)
Máquinas e equipamentos	5,5% a 9,5%	5,5%
Irrigação e armazenagem	6,75%	5,5%
Programa Agricultura de Baixo Carbono	5,5%	5,0%

Mais segurança para o produtor

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro): redução da alíquota prêmio de 4% para 3% e aumento do limite de cobertura de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil.

Ampliação dos recursos para subvenção do seguro rural: de R\$ 253 milhões para R\$ 400 milhões.

Considerando também o Proagro, o valor da produção segurada deverá crescer de R\$ 9 bilhões para R\$ 16 bilhões.

Mais Apoio à Pecuária

Aumento nos limites de financiamento e juros menores nas linhas para a retenção e aquisição de matrizes e reprodutores e para a agroindústria do leite.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2012/2013

Para a nova safra, a agricultura familiar terá R\$ 18 bilhões para financiar investimentos e custeio por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aumento de 12,5% em relação à safra 2011/2012.

Inovações nas linhas de crédito

Ampliação do limite de renda para enquadramento no Pronaf: de R\$ 6 mil/ano para R\$ 10 mil/ano para agricultores de baixa renda (Grupo B) e de R\$ 110 mil/ano para R\$ 160 mil/ano para os demais agricultores.

Melhorias no financiamento para custeio: ampliação do limite de crédito de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil e redução das taxas de juros de 1,5% a 4,5% ao ano para 1,5% a 4,0% ao ano.

Ampliação do limite de crédito para investimento: nas linhas Pronaf Jovem, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria. Destaque para o Pronaf Agroindústria de Cooperativas ou Associação, que teve seu limite de crédito ampliado de R\$ 10 milhões para R\$ 30 milhões.

Agricultores de baixa renda passam a acessar o crédito para custeio e, com isso, também o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Proteção da renda e da produção

Ampliação da cobertura da renda no Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): de R\$ 3,5 mil para até R\$ 7 mil de proteção de renda, além da cobertura de 100% do valor do financiamento de custeio.

Garantia do custo de produção no PGPAF: desconto automático no financiamento do Pronaf de até R\$ 7 mil por produtor/ano se o preço de mercado for menor que o preço de garantia do produto. O custo da produção será acrescido em 10% para produtos da cesta básica e da sociobiodiversidade.

Ampliação da renda e apoio à comercialização

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): ampliação do limite de compras de cada agricultor de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por ano. As compras do PNAE poderão ser feitas pela plataforma Rede Brasil Rural.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): criada a nova modalidade de Compra Institucional, que permite aos órgãos federais, estaduais e municipais a compra de produtos da agricultura familiar com as regras do PAA. Com isso, abre-se mais mercado para a agricultura familiar. Entre as mudanças, destacam-se:

- Pagamento, por meio do cartão do PAA, direto ao agricultor familiar ou organização fornecedora;
- Sistema informatizado de pagamento e controle;
- Facilidade na adesão de estados e municípios.

Qualificação e Capacitação com Sustentabilidade

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): atendimento a 480 mil famílias, com destaque para 176 mil beneficiárias do Brasil sem Miséria e 170 mil visando à melhoria de suas práticas ambientais.

Pronacampo/Pronatec: qualificação profissional para 30 mil agricultores familiares, inclusive jovens, e agentes de Ater para produção, gestão, comercialização e práticas sustentáveis (água, solo, insumos).

Segurança

Governo federal, estados e municípios trabalhando juntos no combate à criminalidade

Ações de capacitação, policiamento ostensivo e maior segurança nas fronteiras

PROGRAMA CRACK, É POSSÍVEL VENCER! TEM ADESÃO DE OITO ESTADOS

Em junho, o programa Crack, é Possível Vencer! completou seis meses de lançamento com a adesão de oito estados.

Os valores que serão repassados pelo Governo Federal foram definidos durante as reuniões técnicas com os estados e somam R\$ 1,02 bilhão.

INVESTIMENTO ATÉ 2014 EM MILHÕES			
Estado	Ações de Segurança	Ações de Saúde	Valor Total
Alagoas	16	21	37
Pernambuco	11	74	85
Rio de Janeiro	29	211	240
Rio Grande do Sul	9,4	93,6	103
Acre	3,3	10	13,3
Santa Catarina	8,9	47,5	56,4
Minas Gerais	219	257,7	476,7
Espírito Santo	4,8	5,05	9,85

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Julho 2012

Policiamento ostensivo

Uma das metas do Programa é fortalecer o policiamento ostensivo nos principais pontos de comercialização e uso do crack, com a instalação de 70 bases móveis com videomonitoramento e de 1.400 pontos de videomonitoramento fixos até 2013.

Os equipamentos estão em fase de licitação e as atividades de treinamento dos policiais para operá-los já começaram. Em Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul foi realizado o Módulo I – Policiamento Comunitário – com 360 policiais. Em

Pernambuco, já foi realizado o Módulo II – Redes de Atenção e Cuidado – com 40 policiais.

No Rio de Janeiro, em maio, foi iniciada operação de intervenção com a Força Nacional de Segurança Pública. São 167 policiais atuando em áreas de concentração do tráfico.

Operações de repressão ao tráfico

Até junho de 2012, a Polícia Federal realizou 26 operações especiais de repressão ao tráfico de drogas. Foram instaurados 2.238 inquéritos e indiciadas 1.677 pessoas.

Capacitação

Diversas ações de capacitação estão sendo realizadas para atuação de forma mais eficaz na prevenção, no tratamento e na reinserção social de usuários e dependentes.

Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas: Foram abertas inscrições para 70 mil educadores em curso com início em agosto. A meta é alcançar 210 mil educadores até 2014.

Curso para profissionais de saúde e assistência social – Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas (Supera): Foram capacitados no primeiro semestre cinco mil profissionais. A meta é alcançar 35 mil até 2014.

Capacitação de Operadores do Direito: A meta é alcançar 45 mil treinandos até 2014. Em 2012 já foram capacitadas 15 mil pessoas.

Curso de prevenção do uso de drogas para instituições religiosas e movimentos afins: Foram capacitadas cinco mil lideranças religiosas no primeiro semestre de 2012. A meta é alcançar 35 mil até 2014.

Para saber mais, consulte <http://www.obid.senad.gov.br>; <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack>

PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS COMPLETA UM ANO

O Plano busca fortalecer a presença do Estado nas áreas de fronteira, que alcançam 16,8 mil quilômetros, envolvem 11 estados e onde residem cerca de 11 milhões de pessoas, por meio da atuação integrada nas três esferas de governo e contando com a parceria de países vizinhos.

Operação Sentinela

Neste primeiro ano, viabilizou a desarticulação de 42 organizações criminosas transnacionais e a prisão em flagrante de 7,5 mil pessoas. Foram apreendidas 170 toneladas de drogas (146 toneladas de maconha e 24 toneladas de cocaína); sete milhões de pacotes de cigarros; 83,8 mil garrafas de bebida; 648 armas de fogo; 283,7 mil equipamentos eletrônicos; 2,9 milhões de reais e 2,7 milhões de dólares em espécie. Foram ainda vistoriados 1,2 milhão de veículos e apreendidos 2,57 mil.

Operação Ágata

Em um ano foram realizadas quatro operações que mobilizaram, na região de fronteira, cerca de 26 mil militares das três forças armadas e 1,5 mil servidores civis de diversos órgãos.

Para cada edição, o efetivo contou com o suporte de até 10 navios, 123 embarcações menores, 36 aviões, 11 helicópteros, veículo aéreo não tripulado (VANT) e 203 viaturas.

Foram inspecionados 124,5 mil veículos, 165 aeronaves e 4,2 mil embarcações. Foram apreendidas 284 embarcações, 8,2 toneladas de explosivos, 2,4 toneladas de drogas, 59 armas de fogo e 242,9 mil reais em contrabando ou descaminho.

Foram autuadas cinco madeireiras ilegais, destruídas 4 pistas de pouso clandestinas e desativados 8 garimpos.

AS QUATRO EDIÇÕES DA OPERAÇÃO ÁGATA				
Item	Ágata 1	Ágata 2	Ágata 3	Ágata 4
Período	Ago/11	Set/11	Nov/11	Mai/12
Estados abrangidos	AM	MS/PR/SC/RS	AM/AC/RO/MT/MS	AM/PA/AP/RR
Países fronteiriços abrangidos	Colômbia, Peru e Venezuela	Argentina, Paraguai e Uruguai	Peru, Bolívia e Paraguai	Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa
Procedimentos de saúde	7.764	4.551	8.673	20.928
Atendimento médico	419	1.463	9.034	8.507
Atendimento odontológico	2.086	2.574	7.060	9.873
Exames laboratoriais	-	-	-	857
Medicamentos distribuídos	32.369	30.124	39.553	53.314

Fonte: Ministério da Defesa, Junho 2012

Ações estruturantes começam a ser implantadas em 2012

600 novos policiais federais estarão atuando na fronteira este ano, ao término do curso de formação. Um novo edital para mais 600 vagas foi pu-

blicado em junho, com previsão de atuação desses policiais nas fronteiras a partir de meados de 2013. Das 12 novas delegacias previstas para a região de fronteira, seis já tiveram as obras iniciadas. Outras sete delegacias serão reformadas. Foram adquiridos 19 barcos para a região amazônica, mais de 11 mil coletes balísticos, 1,2 mil viaturas, além de aeronaves.

Parceria com Estados e Municípios é fortalecida

Para ampliar a atuação integrada das três esferas de poder na redução de crimes transnacionais, serão repassados este ano R\$ 150 milhões, além dos R\$ 58 milhões já disponibilizados. Os recursos devem fortalecer a ação dos órgãos estaduais de segurança pública em 185 municípios dos 11 estados fronteiriços.

Os recursos serão investidos na estruturação de unidades especializadas de fronteira ou de polícias rodoviárias estaduais; na estruturação de unidades para atuação em vias fluviais; no fortalecimento de ações de inteligência; em inovações tecnológicas de monitoramento e controle de fronteira; e no reaparelhamento de postos integrados de fiscalização.

O COMBATE À CRIMINALIDADE AVANÇA COM O SINESP

Foi sancionada em 05 de julho a lei que cria o SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas. O Sistema visa subsidiar a formulação, implementação

e avaliação das políticas públicas de segurança, com a atuação integrada dos Poderes Executivos da União, dos Estados e do Distrito Federal. Todos fornecerão dados e informações e poderão usufruir dos resultados e estatísticas que serão gerados. Os Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público também poderão participar do sistema por meio de adesão.

Foram estabelecidos incentivos para que os entes federados forneçam ou atualizem seus dados e informações, como a prioridade na celebração de convênios com a União. Aqueles que não atualizarem o sistema ficarão sujeitos à suspensão do repasse de recursos federais voluntários para segurança pública.

As informações a serem coletadas, sistematizadas e disponibilizadas são de natureza administrativa e gerencial, sendo vedada a identificação das pessoas envolvidas nas ocorrências criminais.

Com o SINESP, será ampliada a capacidade da União e de cada ente federado de elaborar estratégias, definir políticas e estabelecer prioridades de atuação para o combate à criminalidade, com base em informações fidedignas e tempestivas, otimizando a aplicação dos recursos públicos. Será também ampliada a transparência e fortalecido o controle social sobre a ação dos entes governamentais na segurança pública.

O próximo passo para a implantação do SINESP é a pactuação entre a União, os Estados e o Distrito Federal, da forma de registro de ocorrências, dos padrões a serem adotados e das demais condições de funcionamento do sistema.

Minha Casa Minha Vida

1,8 milhões de moradias contratadas em todo o Brasil

Oportunidade para as famílias brasileiras adquirirem a casa própria e morarem com qualidade

MAIS DE 830 MIL MORADIAS ENTREGUES

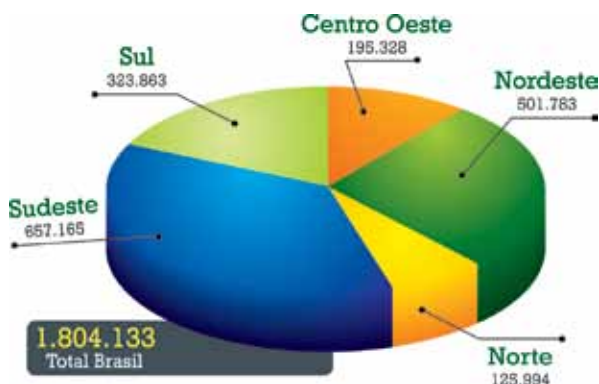
- Até 30 de junho de 2012, foram contratadas 1.804.133 unidades habitacionais nas duas fases do programa, das quais mais de 830 mil já foram entregues (46% do total).
- As unidades contratadas destinadas às famílias de baixa renda totalizaram 734.581, 40,7% do total contratado desde 2009.
- Até dezembro de 2010, durante a primeira etapa do programa, foram contratadas 1.005.128 moradias, 558.777 das quais haviam sido entregues até final de junho de 2012.
- Das 799.005 unidades contratadas no Minha Casa Minha Vida 2, 38% são no Sudeste; 22% no Nordeste; 20% no Sul; 13% no Centro-Oeste; e 7% no Norte.

- Mais de 60% das contratações estão concentradas nos estados de São Paulo (19%); Minas Gerais (10%); Bahia (8%); Rio Grande do Sul (7%); Paraná (7%); Rio de Janeiro (6%); e Goiás (6%).
- No meio rural, foram entregues, até 30 de junho, 9.833 unidades habitacionais.

LIGAÇÃO DE ENERGIA TEM NORMAS ESPECÍFICAS

Criada uma cartilha para orientar na implantação da infraestrutura das redes de energia elétrica do programa Minha Casa Minha Vida. As concessionárias devem operar segundo normas e prazos específicos pactuados com a Aneel para aprovação dos projetos, acompanhamento da execução das obras, vistoria das instalações e ligação definitiva dos empreendimentos. A medida uniformiza a execução dos serviços essenciais e agiliza a entrega das moradias aos beneficiários. Além disso, serão avaliados previamente os requisitos de elegibilidade para concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica, para que o beneficiário seja contemplado desde o início do fornecimento. Para mais informações acesse a cartilha e veja o vídeo explicativo em <http://www.pac.gov.br/noticia/e92cc241>.

Distribuição Regional das Unidades Contratadas do MCMV



Fonte: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, Junho/2012.

Andamento do PMCMV 1:	
Até 50% da obra concluída	106.760
50 a 75% da obra concluída	78.057
75 a 95% da obra concluída	119.389
Obras concluídas*	700.922
Moradias Entregues	558.777

Andamento do PMCMV 2:	
Até 50% da obra concluída	415.396
50 a 75% da obra concluída	62.171
75 a 95% da obra concluída	35.158
Obras concluídas*	286.280
Moradias Entregues	273.101

* Inclui moradias entregues

Copa do Mundo 2014

Preparativos para o Mundial

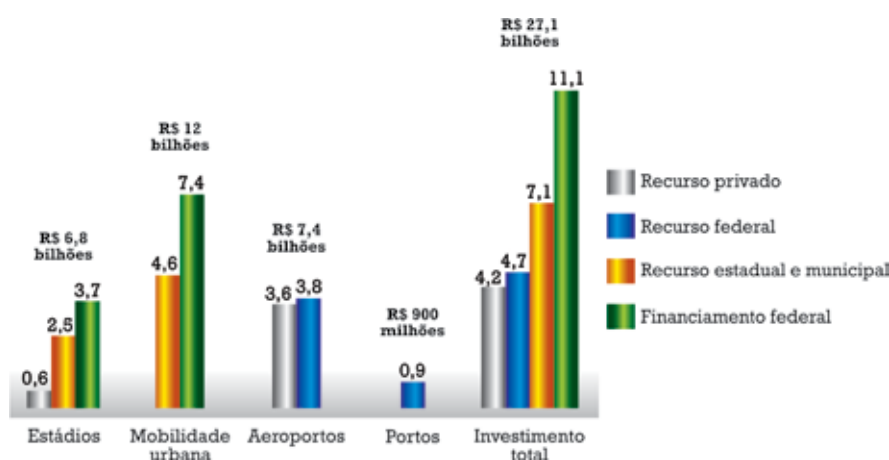
Obras em ritmo adequado, Lei Geral da Copa sancionada e capacitação para os profissionais do turismo

BALANÇO DAS OBRAS PARA A COPA

As obras em estádios, aeroportos, mobilidade urbana e portos estão em andamento. Além disso, a capacitação de profissionais dos mais diversos

setores do turismo foi iniciada, garantindo a qualificação no atendimento aos turistas, nacionais ou estrangeiros.

Investimentos - Copa 2014

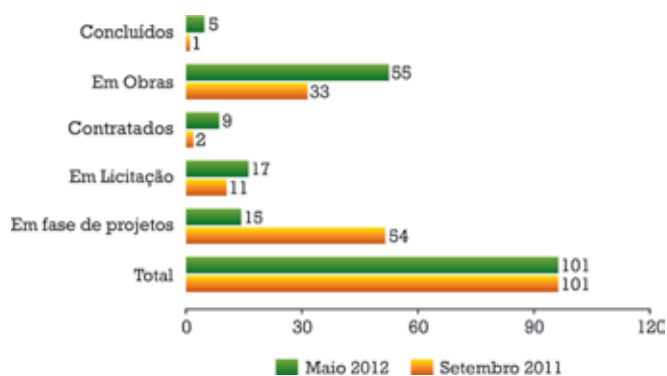


Fonte: Ministério do Planejamento

Situação das Obras – São 101 obras previstas nas 12 cidades-sede da Copa de 2014. Cinco já estão concluídas: os terminais de passageiros dos Aero-

portos de Cuiabá, Porto Alegre, Guarulhos e Campinas e a pista e o pátio no Aeroporto de Guarulhos.

Evolução dos empreendimentos - Copa 2014



Fonte: Ministério do Planejamento

Estádios

Os 12 estádios estão em obra, gerando cerca de 20 mil empregos diretos. Sete serão entregues até fevereiro de 2013, dos quais seis serão usados para a

Copa das Confederações. Os demais serão concluídos até dezembro de 2013. Os oito estádios com financiamento do BNDES já receberam recursos, totalizando R\$ 1 bilhão em desembolso.

Estágio das obras em junho de 2012

BELO HORIZONTE - MINEIRÃO



Situação da obra: 62% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2012
Investimento: R\$ 695 milhões

BRASÍLIA - ESTÁDIO NACIONAL MANÉ GARRINCHA



Situação da obra: 57% de execução
Previsão de conclusão: fevereiro/2013
Investimento: R\$ 812,2 milhões

CUIABÁ - ARENA PANTANAL



Situação da obra: 45% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2012
Investimento: R\$ 518,9 milhões

CURITIBA - ARENA DA BAIXADA



Situação da obra: 13,7% de execução
Previsão de conclusão: junho/2013
Investimento: R\$ 234 milhões

FORTALEZA - CASTELÃO



Situação da obra: 74% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2012
Investimento: R\$ 518,6 milhões

MANAUS - ARENA DA AMAZÔNIA



Situação da obra: 41,6% de execução
Previsão de conclusão: junho/2013
Investimento: R\$ 532,2 milhões

NATAL - ARENA DAS DUNAS



Situação da obra: 25,2% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2013
Investimento: R\$ 417 milhões

PORTO ALEGRE - BEIRA-RIO



Situação da obra: 6% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2013
Investimento: R\$ 330 milhões

RECIFE - ARENA PERNAMBUCO



Situação da obra: 43% de execução
Previsão de conclusão: fevereiro/2013
Investimento: R\$ 500,2 milhões

RIO DE JANEIRO - MARACANÃ



Situação da obra: 56% de execução
Previsão de conclusão: fevereiro/2013
Investimento: R\$ 808,4 milhões

SALVADOR - FONTE NOVA



Situação da obra: 62% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2012
Investimento: R\$ 591,7 milhões

SÃO PAULO - ARENA DE ITAQUERA



Situação da obra: 39,4% de execução
Previsão de conclusão: dezembro/2013
Investimento: R\$ 820 milhões

Mobilidade Urbana

Nove cidades têm obras em execução. Mais da metade dos 51 empreendimentos previstos está em andamento. Outros 14% estão com licitação concluída, aguardando o início das obras.

Até dezembro de 2013, as obras estarão concluídas em mais de 80% dos empreendimentos. O restante tem previsão de término no primeiro semestre de 2014.

Evolução dos empreendimentos de mobilidade urbana

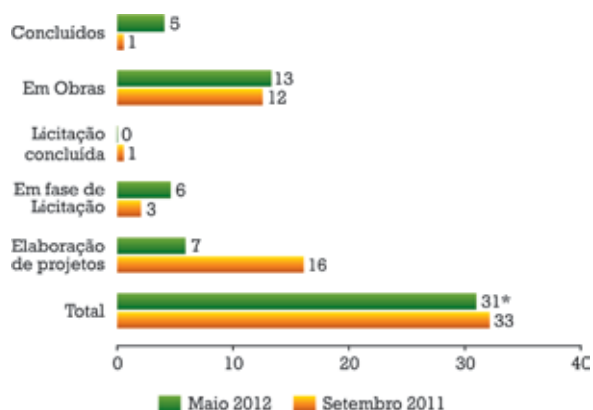


Fonte: Ministério do Planejamento

Aeroportos

Todos os empreendimentos em aeroportos serão entregues para a Copa, sendo que 85% das obras serão concluídas até dezembro de 2013 e as restantes têm conclusão prevista até o primeiro semestre/2014.

Evolução dos empreendimentos em aeroportos



*Carteira de empreendimentos readequada

Fonte: Ministério do Planejamento

Portos

Sete portos contam com obras de reforma e implantação de terminais marítimos de passageiros, ampliação e construção de cais, com vistas à melhoria da infraestrutura física. Destes, quatro estão em andamento com previsão de entrega até novembro de 2013, outros dois estão com as obras em licitação e um está em fase de elaboração de projeto.

PRONATEC COPA

Foram abertas mais 40 mil vagas para os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

ao Emprego (Pronatec Copa), destinados a trabalhadores das cidades-sede da **Copa das Confederações**, que acontecerá em 2013.

As inscrições para o Pronatec Copa serão abertas duas vezes ao ano, com 40 mil vagas em cada uma delas. Até 2014 serão qualificados 240 mil trabalhadores em 29 cursos técnicos e três cursos de idiomas. Mais informações podem ser obtidas em www.pronateccopa.turismo.gov.br.

PRONATEC COPA CURSOS OFERECIDOS	
Agente de Viagens	Mensageiro
Agente de inform. Turística	Mestre de cerimônias
Agente de Lanchonete	Monitor Ambiental
Auxiliar de confeitaria	Monitor de recreação
Auxiliar de cozinha	Organizador de eventos
Auxiliar de garçon	Padeiro
Auxiliar de viagens	Padeiro e confeitoiro
Auxiliar em serviços	Pizzaiolo
Bartender	Recepcionista
Camareira	Recepcionista de eventos
Chapista	Salgadeiro
Churrasqueiro	Somelier
Copeiro	Sushiman
Cozinheiro industrial	Espanhol
Garçon básico	Inglês
Masseiro	Libras

REDUÇÃO DE IMPOSTOS PARA APOIAR O ESPORTE

A importação de materiais ou equipamentos esportivos destinados a competições em jogos olímpicos, para-olímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais está isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A isenção vale até 2015 para equipamentos de treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras, quando não houver similar nacional.

JOGOS OLÍMPICOS DE LONDRES 2012

De 27 de julho a 12 de agosto acontecem os Jogos Olímpicos 2012 e, de 29 de agosto a 9 de setembro, os Jogos Paralímpicos 2012.

As delegações do Brasil para as competições são compostas por:

- **Olimpíadas:** 259 atletas (136 homens e 123 mulheres) em 32 modalidades.
- **Paralimpíadas:** 182 atletas.

Entre os atletas que compõem as delegações, há número expressivo de beneficiários do Programa Bolsa Atleta, que proporciona patrocínio individual do governo federal com bolsas mensais:

- **Olimpíadas:** 111 atletas (43%).
- **Paraolimpíadas:** 156 atletas (85%).

LEI GERAL DA COPA

Sancionada em junho de 2012, regulamenta as garantias fornecidas pelo governo brasileiro à Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a realização da Copa das Confederações, em 2013, e do Mundial de 2014.

Entre outros aspectos, a lei dispõe sobre:

- **Ingressos populares e meia-entrada:** reserva 300 mil ingressos populares (Categoria 4), destinados a estudantes, participantes de programas federais de transferência de renda e idosos. Resguarda o Estatuto do Idoso, garantindo meia-entrada para maiores de 60 anos nas outras três categorias de ingresso.
- **Pessoas com deficiência:** estabelece cota de 1% do total de ingressos em local adequado.
- **Visto de entrada:** prevê entrada facilitada no país de turistas com ingresso para os jogos.
- **Direitos comerciais:** estabelece critérios de proteção e exploração de direitos comerciais e condições em que deverão ser feitas a transmissão e a retransmissão do Mundial.
- **Campanhas sociais:** permite divulgar durante as competições campanhas sociais, tais como: *Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo.*

RIO+20

Crescer, incluir e proteger

Construindo propostas e ações para o desenvolvimento sustentável

Entre 13 e 22 de junho, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A Conferência marcou o aniversário de 20 anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92.

A Rio+20 foi o quarto evento de uma série de encontros que se iniciaram em 1972, em Estocolmo, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, seguida da Rio 92, e da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002. Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a proposta brasileira de sediar o evento no Rio de Janeiro.

Por decisão dos Estados Membros das Nações Unidas, a agenda da Rio+20 incorporou apenas dois temas centrais: (i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e (ii) a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Conferência foi dividida em três momentos: III Reunião do Comitê Preparatório, quando foi negociado o documento a ser submetido aos representantes de alto nível; Eventos com a sociedade civil; e Segmento de Alto Nível, no qual as Delegações nacionais foram lideradas pelos próprios Chefes de Estado e de Governo.



Rio+20 em números: Maior conferência já realizada pela ONU

Durante os nove dias da Conferência, milhares de eventos foram realizados, incluindo mais de 500 eventos oficiais. A Rio+20 teve ampla participação de líderes de empresas, governos e sociedade civil, assim como representantes da ONU, acadêmicos, jornalistas e o público em geral, totalizando 45.381 participantes.

- Delegações de 188 países e três observadores
- 88 Chefes de Estado e de Governo
- Aproximadamente 12.000 delegados
- ONGS e grupos principais: 9.856
- Mídia: 4.075
- Pessoal de segurança: 4.363
- 5.000 pessoas trabalhando diariamente no Riocentro
- 2.200 voluntários: 700 jovens de comunidades vulneráveis do Rio de Janeiro e 1.500 estudantes de escolas técnicas e de escolas públicas do Rio de Janeiro, estudantes universitários e profissionais de todo o Brasil

RESULTADOS: O FUTURO QUE QUEREMOS

O documento adotado por aclamação na Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”, foi negociado em reuniões do Comitê Preparatório, a última delas realizada no Rio de Janeiro, nos dias que antecederam o Seguimento de Alto Nível.

A finalização do texto dentro do prazo revestiu-se de significado especial para o Brasil, que assumiu a coordenação do processo negociador no Rio de Janeiro. A aprovação por consenso de um documento complexo, de 283 parágrafos, rompeu com a dinâmica usual em grandes Conferências da ONU, de prolongados impasses nos momentos de finalização de textos e mesmo de ausência de acordos.

Esse resultado foi também um voto de confiança depositado nos negociadores brasileiros em reconhecimento dos procedimentos abertos, transparentes e inclusivos por que se pautaram. Nele refletiu-se o compromisso do Brasil – no papel de país anfitrião – com a superação de diferenças, por meio de soluções que permitiram o melhor equilíbrio entre os diversos interesses de todos os envolvidos.

Principais pontos do documento

Reafirmação de Princípios

- Reafirmação dos Princípios da Declaração do Rio, de 1992, da Cúpula de Joanesburgo, de 2002, e de todos os compromissos assumidos nas demais Conferências das Nações Unidas. Em particular, manteve-se inalterado o princípio de que os compromissos em prol do desenvolvimento sustentável são comuns, porém diferenciados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Erradicação da Pobreza

- Afirmação da erradicação da pobreza como o maior desafio global. Sua superação, bem como a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo e a melhora da gestão dos recursos naturais, constituem condição fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- A Rio+20 determinou o lançamento de processo intergovernamental, a ser conduzido no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas, com a participação da sociedade civil, para a criação, até 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS serão de cumprimento voluntário e universal, porém levarão em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento dos países. Serão complementares aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Foro Político de Alto Nível

- Criação de um foro político de alto nível para promoção do desenvolvimento sustentável, que contará com ampla participação da sociedade civil e será integrado por todos os países representados na ONU.

Transferência de Tecnologia

- Compromisso de estudar opções para a criação de mecanismo de facilitação da transferência e disseminação de tecnologias limpas e ambientais.
- Reconhecimento da necessidade de avançar em novas medidas de contabilidade nacional complementares ao PIB, para facilitar a integração dos pilares econômico, social e ambiental no planejamento estratégico dos países.

Fortalecimento da PNUMA e do ECOSOC

- Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
- Fortalecimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) em seu papel de coordenação das ações dentro de todo o sistema da ONU na articulação dos pilares econômico, social e ambiental, em que se desdobra o conceito de desenvolvimento sustentável.

O Brasil destinou US\$ 6 milhões ao Fundo do PNUMA para países em desenvolvimento e outros US\$ 10 milhões para o enfrentamento da mudança do clima em países mais vulneráveis da África e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Economia Verde

- Enquadramento da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o reconhecimento de que constitui uma ferramenta, entre outras, para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Oceanos e Mares

- Reconhecimento de que é necessário agir em favor da conservação e gestão sustentável dos recursos da biodiversidade marinha em áreas fora das jurisdições nacionais, inclusive por meio de instrumento internacional no âmbito da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.
- Compromisso de redução significativa dos detritos nos ambientes costeiros e mares, especialmente o plástico, até o ano de 2025, acatando-se, dessa forma, a recomendação mais votada pela sociedade civil nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável.

Padrões de Produção e Consumo

- Adoção do Plano Decenal de Programas de Consumo e Produção Sustentáveis. A aprovação definitiva do plano era aguardada desde a Conferência de Joanesburgo (2002).

Subsídios para Combustíveis Fósseis

- Reafirmação dos compromissos de redução progressiva dos subsídios ineficientes e danosos a combustíveis de origem fóssil.

Energia

- Reconhecimento do papel crítico que a energia desempenha no processo de desenvolvimento e a importância de aumentar, nas respectivas matrizes energéticas, a parcela de energia renovável, mais limpa ou mais eficiente, inclusive no contexto de mitigação da mudança do clima.
- Compromisso de promover serviços de energia sustentável moderna para todos nos planos nacional e sub-nacional.
- Lançamento da iniciativa do Secretário-Geral da ONU sobre Energia Sustentável para Todos.

Saúde

- Reconhecimento da saúde humana como pré-condição e indicador para aferir avanços nos três pilares do desenvolvimento sustentável.
- Compromisso com o acesso universal à prevenção, tratamento e acompanhamento de pacientes portadores de HIV.
- Compromisso de fortalecer os sistemas de saúde com vistas à cobertura equitativa e universal e à promoção do acesso à prevenção, tratamento e apoio relacionados às doenças não-transmissíveis.

Financiamento do Desenvolvimento Sustentável

- Lançamento de processo negociador intergovernamental para elaborar, até 2014, uma estratégia

efetiva de financiamento do desenvolvimento sustentável, a ser considerada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Setor Privado

- Apoio ao setor privado na adoção de práticas de negócio baseadas no desenvolvimento sustentável, como programas de responsabilidade social corporativa.

Registro de Compromissos Voluntários

- A fim de dar visibilidade aos esforços da sociedade e ampliar a mobilização de todos os setores, o Secretariado das Nações Unidas foi instruído a compilar e divulgar os compromissos voluntariamente assumidos em matéria de desenvolvimento sustentável no marco da Conferência. Ver *Registro de Compromissos Voluntários*, disponível no sítio da ONU no endereço <http://www.uncsd2012.org/rio20/voluntarycommitments.html>.

- 713 acordos voluntários para o desenvolvimento sustentável, registrados por governos, empresas, grupos da sociedade civil, universidades e outros;
- Mais de US\$ 513 bilhões em promessas de investimentos no desenvolvimento sustentável, incluindo as áreas de energia, transportes, economia verde, redução de desastres, desertificação, água, florestas e agricultura.

Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

- O Rio de Janeiro será sede do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), projeto conjunto do Governo Federal e do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Governo do Estado, a Prefeitura, o setor privado, instituições acadêmicas e diversas outras entidades da sociedade civil.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA RIO+20

Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável recebem 1,3 milhão de votos

Os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, realizados de 16 a 19 de junho, foram uma iniciativa do governo brasileiro, inédita no contexto das Conferências da ONU, que reforçou a participação social na Rio+20. Desenvolveram-se em dois formatos e momentos:

- Plataforma criada na internet, que funcionou como espaço amplo e interativo de troca de informações entre representantes de movimentos sociais, acadêmicos, ONGs e empresários do mundo todo.
- Discussão presencial a partir das recomendações mais votadas aprovadas na primeira etapa, referentes a dez temas prioritários da agenda internacional do desenvolvimento sustentável, com participação de mais de 60 mil pessoas de 193 países.

As recomendações votadas na plataforma virtual, que receberam 1,3 milhão de votos, modelaram as discussões presenciais no Rio de Janeiro. Três recomendações sobre cada tema prioritário foram levadas aos Chefes de Estado e de Governo que integraram as mesas redondas de discussão do Segmento de Alto Nível da Conferência.

Cúpula dos Povos

Evento organizado pela sociedade civil, com apoio do governo brasileiro, realizou-se entre 15 e 23 de

junho, paralelamente à Rio+20. Contou com a participação de cerca de 25 mil pessoas de vários países, organizações e movimentos sociais, da cidade e do campo, que participaram de grupos de discussão na Assembléia Permanente dos Povos. A Cúpula dos Povos foi um espaço onde as organizações e

movimentos sociais puderam dialogar sobre suas experiências e projetos para o desenvolvimento sustentável. Os principais eixos temáticos discutidos durante as plenárias e assembléias estão sintetizados no documento disponível em www.cupuladospovos.org.br.

ARENA SOCIOAMBIENTAL

Uma das iniciativas do governo federal durante a Rio+20, a Arena Socioambiental funcionou entre 16 a 22 de junho, como um espaço democrático de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil. Debateram-se agendas de inclusão social e de proteção ambiental e foram exibidos os avanços da política brasileira de desenvolvimento sustentável. Foi também palco de exposições, atividades culturais e feira de produtos da sociobiodiversidade brasileira.

Arena Socioambiental em números:

- 100 mil visitantes
- 15.000 pessoas participaram dos Encontros Globais
- 7.200 pessoas visitaram a exposição Portinari+Brasileir@s
- R\$ 300 mil comercializados na Praça da Biodiversidade
- 54 debatedores, com presença de 11 ministros brasileiros
- 42 horas de transmissão ao vivo via internet
- 458 mil visitas ao blog da Arena Socioambiental

Meio ambiente e sustentabilidade

Muitos avanços celebrados no Dia Mundial do Meio Ambiente

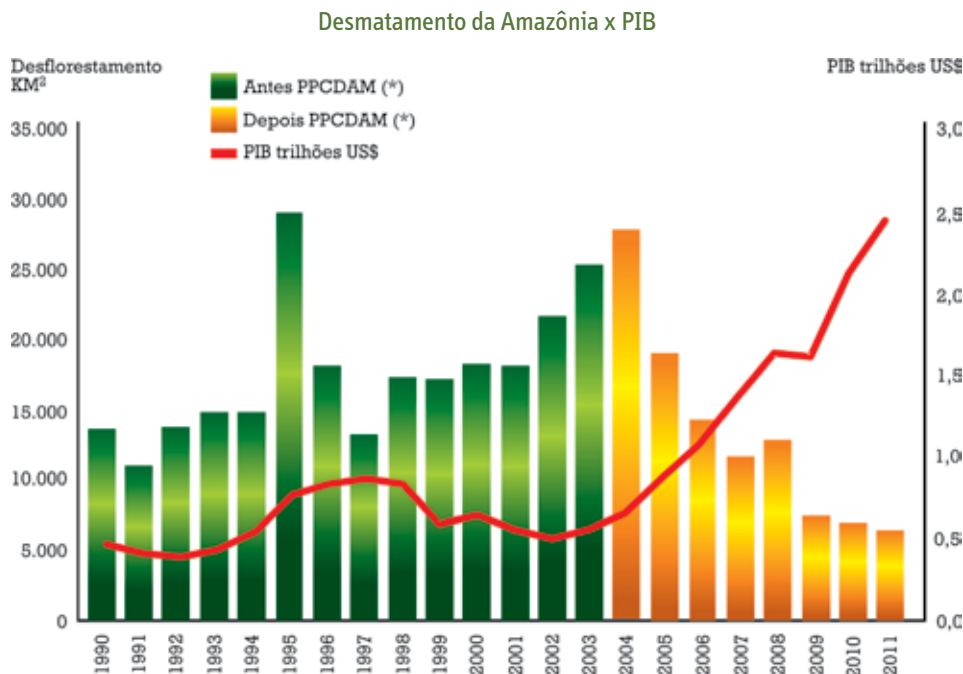
Menor desmatamento da história, mais áreas protegidas, sustentabilidade nas compras públicas e promoção dos direitos dos povos indígenas

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

A taxa de desmatamento da Amazônia entre agosto de 2010 e julho de 2011 foi a menor registrada desde a primeira medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1988. A área de 6.418 km² desmatada no período é 76,9% menor do que a registrada em 2004, quando foi criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Atualmente, 81,2% da floresta original da Amazônia permanecem conservados.

Compromissos de Copenhague

Até 2011, o Brasil já havia reduzido suas emissões de gases de efeito estufa em 19,2%, apenas como efeito da diminuição do desmatamento na Amazônia. É mais que a metade da meta voluntária, de 36,1%, a ser alcançada até 2020. Em relação ao desmatamento, o compromisso é alcançar uma redução de 80% em relação à média anual registrada entre 1996 e 2005. A queda do desmatamento já corresponde a 67% dessa média.



(*) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
Fonte: PRODES-INPE E BACEN

MAIS ÁREAS PROTEGIDAS

O Brasil possui 75,1 milhões de hectares de Unidades de Conservação Ambiental federais, distribuídos em:

- 139 Unidades de Proteção Integral, com 36,2 milhões de hectares.
- 173 Unidades de Uso Sustentável, com 38,9 milhões de hectares.

Duas dessas Unidades de Proteção Integral foram criadas durante as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 05 de junho:

- Reserva Biológica Bom Jesus (PR): 34,2 mil hectares de Mata Atlântica.
- Parque Nacional da Furna Feia (RN): 8,5 mil hectares de Caatinga.

Na mesma ocasião, outras três Unidades foram ampliadas:

- Parque Nacional do Descobrimento (BA): 22,7 mil hectares de Mata Atlântica, incluindo 1,5 mil hectare da ampliação, como área de proteção integral.
- Floresta Nacional do Araripe-Apodi (CE): 39,3 mil hectares de Caatinga, incluindo 706,8 hectares da ampliação, como área de uso sustentável.
- Floresta Nacional de Goytacazes (ES): 1,42 mil hectare de Mata Atlântica, incluindo 74 hectares da ampliação, como área de uso sustentável.

Em 2012, 45 mil hectares de áreas protegidas foram agregados ao território nacional.

POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS

Homologação de Terras Indígenas

Mais sete Terras Indígenas foram homologadas, com área total de 950 mil hectares:

- Matintin (AM): povo Tikuna;
- Lago do Marinheiro (AM): povo Mura;

- Santa Cruz da Nova Aliança (AM): povo Kokama;
- Marmelos (AM): povo Tenharim;
- Porto Limoeiro (AM): povo Tikuna;
- Xipaya (PA): povo Xipaya;
- Riozinho do Alto Envira (AC): povo Ashaninka e índios isolados.

As Terras Indígenas ocupam 109,77 milhões de hectares, cerca de 12,9% do território nacional. Correspondem a 22% da Amazônia Legal.

As terras indígenas são responsáveis pela preservação de 30% da biodiversidade brasileira

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

A PNGATI estabelece princípios e diretrizes para a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas e garante a participação dos povos e comunidades indígenas nos processos voltados ao manejo ambiental, conservação e recuperação da biodiversidade de suas terras. A contribuição desses povos, associada aos seus conhecimentos tradicionais, é fundamental para proteger o meio ambiente.

A política foi desenvolvida com ampla participação dos povos e comunidades indígenas e funcionará como instrumento essencial de articulação entre governo e sociedade civil.

Saúde e Segurança Alimentar Indígena

O Plano de Ação contra a Mortalidade Materna e Infantil Indígena, que visa ampliar as ações de saúde indígena voltadas à atenção básica, começou em junho no Acre, onde foram realizados 5.630 atendimentos, sendo 2.379 médicos, 1.050 odontológicos e 2.201 de enfermagem. Foram feitas 14 remoções de pacientes mais graves e 144 encaminhamentos eletivos.

Além de profissionais do Ministério da Saúde, o Plano é apoiado pelo Ministério da Defesa, que oferece a logística para chegar até as aldeias, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que fornece cestas de alimentos.

Ainda em julho, a ação será expandida para outros quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A meta é chegar a 16 DSEI até o final de 2012.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

A inclusão de novas regras na Lei de Licitações permitirá aplicar o critério de sustentabilidade na contratação de obras e serviços públicos. Deverão ser observados, por exemplo, a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, a maior geração de empregos, preferencialmente local, e o menor impacto nos recursos naturais.

A adoção do critério de sustentabilidade terá importante impacto no mercado, pois as compras governamentais representam 1,6% do PIB. Em 2010, o Governo Federal contratou quase R\$ 70 bilhões. Em linha com a ação, foi instituído o Projeto Esplanada Sustentável, que integra ações que visam à maior eficiência no uso dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O QUE O BRASILEIRO PENSA DO MEIO AMBIENTE E DO CONSUMO SUSTENTÁVEL?

Em abril de 2012, o Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizou pesquisa sobre consciência ambiental no Brasil, dando continuidade à série iniciada em 1992.

A pesquisa mostra evolução significativa na consciência ambiental dos brasileiros. Houve redução no percentual de entrevistados que não sabiam mencionar um problema ambiental no Brasil, na sua cidade ou no seu bairro – de 46%, em 1992, para 10%, em 2012.

Conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “consumo sustentável” e “biodiversidade” já são conhecidos por muitos brasileiros. Cada vez mais, a noção de “meio ambiente” deixa de ser identificada apenas como fauna e flora, passando também a incluir preocupações com lixo, saneamento e outros problemas urbanos.

Na prática, a população brasileira ainda apresenta hábitos de consumo prejudiciais ao meio ambiente e à sua qualidade de vida, mas tem maior disposição para adotar atitudes proativas como separar o lixo – aumento de 68%, em 2001, para 86%, em 2012.

Acesso à informação e transparência

Lei de Acesso à Informação e Governo Aberto

Ações de governo apoiam e fortalecem o pleno exercício da cidadania

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM PLENA VIGÊNCIA

Desde 16 de maio, qualquer cidadão pode ter acesso a documentos e informações produzidos ou sob custódia dos órgãos públicos.

As informações podem ser solicitadas diretamente no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do órgão público de interesse ou no site www.acaoainformacao.gov.br/sistema.

O prazo para o atendimento ao cidadão é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. Todas as solicitações feitas a órgãos do Poder Executivo Federal utilizam um sistema único, administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Nos primeiros 60 dias de vigência da Lei foram feitas 17,5 mil solicitações, 94,4% delas por pessoas físicas e 5,6% por pessoas jurídicas.

Deste total, 14,7 mil (84%) haviam sido respondidos:

- 12,1 mil (82,6%) pedidos foram atendidos;
- 1,4 mil (9,5%) foram negados por envolver dados pessoais ou sigilosos; e
- 1,2 mil (7,9%) não foram atendidos por não tratarem de matéria de competência legal do órgão demandado, ou porque informação não existia.

Os demais pedidos estavam em processo de análise pelos órgãos competentes.

PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO

A conferência anual da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*) foi realizada em abril, em Brasília. O evento, co-presidido pelo Brasil e pelos Estados Unidos, contou com a participação de delegações de 55 países, representantes da sociedade civil, de empresas e de governos.

O objetivo da OGP é estimular os governos de todos os países a adotarem práticas de transparência e participação social, inclusive lançando mão de novas tecnologias da informação.

A **1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social**, realizada em maio, faz parte do compromisso do Brasil no Plano de Ação para Governo Aberto. O evento contou com 1,2 mil delegados eleitos nas etapas preparatórias - municipais, regionais, estaduais, 302 conferências livres e uma virtual -, reunindo mais de 150 mil representantes do governo e da sociedade civil.

Lei de Acesso à Informação Órgãos Públicos mais demandados		
Órgão	Total	%
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	1.901	10,9
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	1.216	6,9
Banco Central do Brasil (BACEN)	774	4,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	583	3,3
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	518	3,0
Ministério da Fazenda (MF)	499	2,8
Caixa Econômica Federal (CEF)	406	2,3
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	381	2,2
Controladoria-Geral da União (CGU)	372	2,1
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	352	2,0
Outros	10.514	60,0
Total	17.516	100

Defesa civil

Ações em resposta a desastres naturais

2,7 bilhões para ações de enfrentamento à seca no semiárido

A partir de outubro de 2011, os índices pluviométricos na região do semiárido brasileiro têm estado muito abaixo da média para o período, resultando no fenômeno conhecido como “seca verde”.

Com a estiagem, os baixos níveis de açudes, barragens e poços artesianos provocam redução da oferta e da potabilidade de água para o consumo da população, além de prejuízos à agricultura familiar e aos rebanhos.

Para minorar os impactos da estiagem na população e na economia da região, serão investidos R\$ 2,7 bilhões, até dezembro de 2012, em ações emergenciais de programas que têm efeito no combate à seca.

COMITÊ INTEGRADO DE COMBATE À SECA – CICS

Criado em maio de 2012, articula, coordena e acompanha as ações de enfrentamento da estiagem, desencadeadas pelo Governo Federal em conjunto com Estados e Municípios.

Os Comitês tem previsão de funcionamento de seis meses ou conforme a necessidade local. A sede do Comitê é na capital de cada Estado.

Os trabalhos dos Comitês são coordenados pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do Ministério da Integração Nacional.

OPERAÇÃO CARRO-PIPA

Desde maio, 3.360 carros-pipa foram contratados e atuam em 640 municípios, para distribuir água



potável à população das localidades castigadas pela seca, nas regiões do semiárido nordestino.

Demandas locais são avaliadas e redimensionadas, quando necessário pelos Comitês que também monitoram a Operação. Cabe ao Exército Brasileiro, a logística de distribuição da água e a coordenação dos carros-pipa.

Desde junho, os carros-pipa passaram a contar com a ajuda de GPS para aprimorar o monitoramento da ação de distribuição.

BOLSA ESTIAGEM

Criada em abril de 2012, a Bolsa Estiagem atenderá às famílias de agricultores atingidos pela seca e não assistidos pelo Programa Garantia Safra. O valor do Auxílio é de R\$ 400 por família, em parcelas nunca inferiores a R\$ 80, cujo pagamento começou a ser feito às famílias em junho de 2012.

Os repasses são feitos de acordo com o calendário e no mesmo cartão do benefício Bolsa Família.

Critérios para receber a Bolsa Estiagem

- Residir em município em situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecido pelo Governo Federal entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2012.
- Ser agricultora ou agricultor familiar com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);
- Possuir renda familiar mensal média de até dois salários mínimos;
- Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Não ter aderido ao Programa Garantia-Safra 2011/2012.

LINHA ESPECIAL DE CRÉDITO

Disponibilizado R\$ 1 bilhão, pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para concessão de crédito de investimento, capital de giro e custeio agrícola e pecuário para produtores rurais, comerciantes, prestadores de serviços, empresas agroindustriais e industriais prejudicados pela estiagem na área de atuação da Sudene.

O limite de crédito varia de R\$ 12 mil a R\$ 100 mil, com juros de até 3,5% ao ano.

Serão beneficiados os empreendimentos localizados em municípios com decretos de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, a partir de 1º de dezembro de 2011.

São três linhas de crédito, todas com carência de três anos:

TOMADOR	VALOR	JUROS
Agricultores "Grupo B" do Pronaf	até R\$ 2,5 mil	1,0% a.a
Demais agricultores ligados ao Pronaf	R\$ 2,5 mil a R\$ 12 mil	1,0% a.a
Empreendedores individuais, empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas de produção, associações, agroindústrias e produtores rurais	R\$ 12 mil a R\$ 100 mil	3,5% a.a

OUTRAS AÇÕES

- Programa Água para Todos – R\$ 799 milhões para a instalação de cisternas, sistemas simplificados de abastecimento, barreiros e poços. Já foram instaladas 111 mil cisternas. Até o final do ano serão 200 mil.
- Programa Venda em Balcão – criado o subsídio de 10% sobre o preço mínimo na venda de milho para alimentação animal, para agricultores familiares.
- Antecipação do pagamento do Garantia Safra – R\$ 680 em cinco parcelas, a partir de junho/2012.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA CONCLUÍDAS ENTRE MARÇO E JUNHO

- Sistema Integrado de Abastecimento Pedro Alexandre (BA), com 77 km de extensão;
- Sistema Adutor Seridó (RN), com 31 km de extensão;
- Implantação do Sistema de Drenagem na Baixada Campista (RJ), contemplando obras de macrodrenagem, dragagem dos canais Quitinguita e Coqueiros, construção de canais, recuperação e modernização do sistema de comportas e de diques.

Turismo

Brasil ocupa a sexta colocação mundial em turismo

Desembarques em expansão e lançamento de nova campanha promocional do Brasil no exterior

TURISMO E ECONOMIA

As atividades turísticas no Brasil cresceram 6% em 2011, o dobro da média mundial, colocando o país na sexta posição entre as maiores economias turísticas do mundo.

O setor de turismo responde por 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para a economia, de acordo com a *World Travel Tourism Council* (WTTTC), com U\$ 78,5 bilhões. O setor também é responsável por 2,8 milhões de empregos formais no país.

INDICADOR	2010	2011	ATÉ JUNHO DE 2012
Desembarques Domésticos	68,3 milhões	79,2 milhões	40,8 milhões
Desembarques Internacionais	7,9 milhões	9 milhões	4,6 milhões
Viagens Domésticas	186 milhões	195 milhões*	**

*previsão ** dados ainda não consolidados

FLUXO TURÍSTICO EM 2011

Em 2011, 5,4 milhões de turistas entraram no país, aumento de 3,8% em relação a 2010.

Origem dos turistas:

Os argentinos continuam no topo do ranking dos turistas estrangeiros que mais visitam o Brasil, seguidos pelos turistas vindos dos Estados Unidos e do Uruguai.

A meta do Plano Nacional do Turismo 2012-2015 é receber 7,1 milhões de turistas em 2015.



Fonte: Ministério do Turismo

Receita Cambial

Em 2011, o Brasil teve a maior receita cambial em turismo dos últimos 13 anos. O gasto dos turistas estrangeiros no país alcançou US\$ 6,6 bilhões,

16% a mais que em 2010.

De acordo com a *International Congress and Convention Association* (ICCA), o país subiu duas posições no ranking dos

países que mais captaram eventos em 2011, passando da 9ª para a 7ª posição.

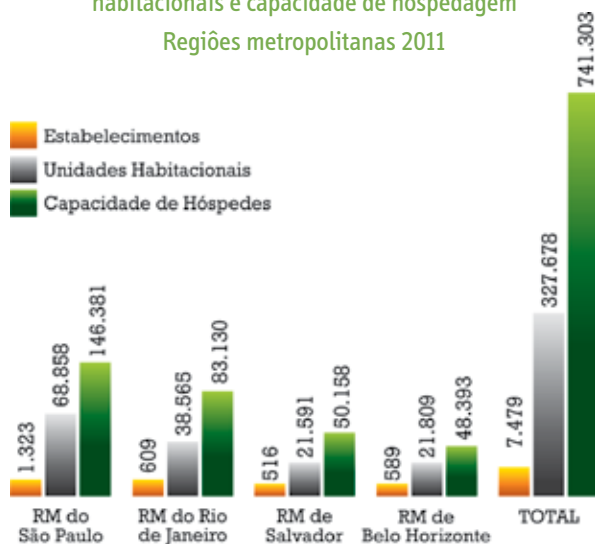
HOSPEDAGEM

A Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH) de 2011 mostra que, nas capitais, regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento (RIDE), estavam disponíveis 327.678 unidades habitacionais (suítes, apartamentos, quartos e chalés). Essa oferta de acomodações é garantida por

7.479 estabelecimentos, com capacidade total para o atendimento de 741.303 hóspedes.

As quatro maiores Regiões Metropolitanas, em termos de rede de hospedagem, são a de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Salvador, que concentram 40,6% dos estabelecimentos, 46,3% das unidades habitacionais e 44,2% da capacidade total de hóspedes.

Número de estabelecimentos de hospedagem, unidades habitacionais e capacidade de hospedagem
Regiões metropolitanas 2011



Fonte: IBGE – Pesquisa de Serviços de Hospedagem 2011

BNDES Procopa inclui facilidade para hotéis sustentáveis

A linha de financiamento BNDES ProCopa foi criada para atender às demandas do mercado hoteleiro geradas pela Copa do Mundo de 2014 nas 12 cidades-sede da Copa. A linha trabalha os conceitos de Hotel Padrão, Hotel Eficiência Energética e Hotel Sustentável, estabelecendo regras diferenciadas para cada categoria. Os hotéis “sustentáveis” terão prazos maiores para quitar o empréstimo. Atualmente estão em curso 43 operações de financiamento, no total de R\$ 563,46 milhões, para a construção, ampliação ou reforma de 6,3 mil unidades para hospedagem.

GOAL TO BRASIL REFORÇA PROMOÇÃO TURÍSTICA EM 14 PAÍSES

A campanha tem como objetivo divulgar o país e as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. A ideia é apresentar ao mundo, o que cada estado tem de melhor em sua gastronomia, cultura, música e atrativos turísticos, com ênfase nos atrativos das cidades-sede e na capacidade de sediar uma Copa do Mundo.

A primeira edição do projeto *Goal to Brasil* aconteceu em Santiago do Chile (05/07/2012). As ações acontecerão em mais treze países da América do Sul, América do Norte e Europa.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Passaporte Verde

Durante a **Conferência Rio+20**, foram entregues 45 mil cartilhas no formato de passaportes (português, inglês e espanhol). A cartilha faz parte da campanha Passaporte Verde – Turismo Sustentável Por Um Planeta Vivo, lançada em junho de 2012 para estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade.

TURISMO NA RIO+20 – Para estrangeiros o país está preparado para grandes eventos

Pesquisa feita com delegados e jornalistas estrangeiros que estiveram na Conferência Rio+20 mostra que mais de 80% acreditam que o Brasil está ou estará preparado para sediar os grandes eventos esportivos. Os pontos melhor avaliados foram segurança e limpeza urbana, sendo que as belezas naturais e as características do povo também foram citadas como pontos positivos. O item pior avaliado foi o trânsito.



Brasil e o Mundo

Brasil e o mundo

Período é marcado pela intensificação da agenda bilateral, fortalecimento das relações com países da América Latina e Caribe e a realização da Rio+20

AGENDA REGIONAL E MULTILATERAL

IV Cúpula do BRICS

Em 28 e 29 de março ocorreu, na Índia, a IV Cúpula do BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Na ocasião, foram tratados os grandes temas da agenda política e econômica internacional.

Os BRICS continuam a ser o elemento dinâmico da economia global e responderão por mais da metade do crescimento do PIB mundial em 2012. A notável expansão do comércio intra-BRICS, de US\$ 27 bilhões em 2002 para estimados US\$ 250 bilhões em 2011, é um dos pilares desse dinamismo. Outro pilar será a criação do Banco Sul-Sul de Desenvolvimento, para investir em projetos produtivos e de infraestrutura nos países emergentes e em desenvolvimento.

Os líderes dos países do Bloco voltaram a se reunir durante a Cúpula do G20, em 18 de junho. Na ocasião, concluiu-se que a crise internacional, por sua gravidade, demanda o aprofundamento da cooperação financeira entre os cinco países. Decidiu-se avançar por dois caminhos: a criação de um fundo comum de reservas internacionais, que poderá ser acessado por qualquer dos BRICS em momentos de dificuldades; e a negociação de acordos bilaterais de “swaps” (troca) de moedas, que possam servir como proteção financeira adicional.

VII Cúpula do G20

O Brasil participou, em 18 e 19 de junho, em Los Cabos (México), da VII Cúpula do G20, marcada pela discussão sobre as políticas para recuperação econômica das regiões mais afetadas pela crise financeira mundial a partir do agravamento da situação na zona do euro. O Brasil ressaltou a importância da adoção, pelos países avançados, de medidas de estímulo ao crescimento econômico, bem como da renovação de esforços, pelos países europeus, para superação das dificuldades do setor bancário e das finanças públicas na região. A Declaração dos Líderes registrou o compromisso dos países europeus com essas medidas, em busca da estabilidade e da recuperação da região. A Cúpula ressaltou também a necessidade da adoção de políticas públicas para a geração de empregos de qualidade e de empregos para os jovens.

O Brasil anunciou disposição de contribuir com US\$ 10 bilhões no âmbito do pacote de novos recursos para o FMI, destinados a socorrer países que sejam gravemente afetados pelo eventual agravamento da situação econômica internacional. Com isso, o Brasil demonstra sua disposição de assumir novas responsabilidades na gestão do sistema financeiro internacional, enquanto avançam as discussões para nova reforma do sistema de quotas do FMI, com vistas a ampliar a participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios da organização.

Outra área de interesse do Brasil em que a Cúpula registrou avanços foi a da regulação financeira, em que prosseguem os esforços de harmonização internacional para alcançar setores financeiros mais sólidos e reduzir o risco de crises financeiras globais. Diversos países, entre eles o Brasil, aderiram a um novo processo de troca de experiências na área de inclusão financeira.

Também foram avaliados os avanços de iniciativas propostas pelo G20 e desenvolvidas na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) nas áreas de transparência dos mercados agrícolas, resposta rápida a emergências alimentares e desenvolvimento da agricultura tropical, todas de grande interesse para os países em desenvolvimento.

À margem da Cúpula do G-20, houve reuniões bilaterais com a Presidenta da Argentina, o Primeiro-Ministro da Itália, a Chanceler Federal da Alemanha e o Presidente da Rússia.

VI Cúpula das Américas

Em 14 e 15 de abril realizou-se a VI Cúpula das Américas em Cartagena das Índias, na Colômbia, onde foram discutidos temas prioritários para a região, como:

- Combate à pobreza e à desigualdade;
- Integração física regional;
- Gestão e redução dos riscos de desastres naturais;
- Acesso e utilização de tecnologias;
- Promoção da segurança cidadã e combate à delinquência organizada transnacional, em particular ao narcotráfico.

O tema que monopolizou os debates, contudo, foi a participação de Cuba nas próximas edições da Cúpula das Américas.

O Brasil defendeu a posição, compartilhada por todos os países da América Latina e do Caribe, de que a Cúpula de Cartagena deveria ser a última sem a participação de todos os países da região.

Cúpulas de Presidentes do Mercosul e da UNASUL

A situação política no Paraguai marcou a XLIII Cúpula do Mercosul, realizada em 29 de junho, em Mendoza, na Argentina. Na ocasião, os Presidentes dos Estados Partes e Associados do Mercosul decidiram suspender o Paraguai do direito de participar dos órgãos do Bloco. A decisão baseou-se no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, firmado em 1998 e vigente desde 2005.

Para que não haja prejuízo ao povo paraguaio, nenhuma medida de natureza econômica foi tomada. Serão mantidos, por exemplo, os diversos projetos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) no Paraguai, em áreas como habitação, acesso à energia elétrica, saneamento, entre outras. Outro importante resultado da Cúpula de Mendoza foi o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Decisão similar à do Mercosul foi tomada pelos países membros da UNASUL, que decidiram suspender os direitos do Paraguai de participar dos órgãos e instâncias da organização.

15ª Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (CARICOM)

Em 4 de maio, o Brasil participou, como convidado especial, da 15ª Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (COFCOR-CARICOM), reforçando o compromi-

so mútuo de estreitamento de laços entre o Brasil e os países do Caribe. Foi enfatizada a cooperação nas áreas de segurança alimentar, agricultura familiar e desenvolvimento social.

Constituída em 1973, a Comunidade do Caribe possui 15 países-membros.

Situação na Síria

O Brasil tem trabalhado em âmbito internacional para a construção de uma solução política para a crise na Síria. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- Endosso ao Plano de Paz apresentado pelo Enviado Especial do Conjunto das Nações Unidas e da Liga Árabe, Kofi Annan.
- Envio de 11 militares brasileiros para integrar a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), estabelecida em 21 de abril de 2012.
- Apoio para convocação de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, realizada em 1º de junho, que aprovou resolução que condena a deterioração da situação de direitos humanos na Síria.
- Apoio à condução de processo independente de investigação dos crimes ocorridos em território sírio pela Comissão Internacional de Inquérito para a Síria, coordenada por cidadão brasileiro.

Situação na Guiné-Bissau

O Brasil tem contribuído ativamente para os esforços internacionais de restauração da ordem constitucional na Guiné-Bissau, diante da crise político-institucional desencadeada pelo golpe de estado ocorrido em 12 de abril. O Governo brasileiro tem buscado agir de forma coordenada com os vários atores relevantes, em especial a ONU, a

União Africana, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Em 7 de junho o Brasil participou, na Costa do Marfim, da Reunião do Grupo de Contato Internacional sobre a Guiné-Bissau, co-presidida pela CPLP e CEDEAO.

Eleição para a Corte Interamericana de Direitos Humanos

A XLII Assembleia Geral da OEA, em Cochabamba, na Bolívia, elegeu, no dia 5 de junho, o candidato do Brasil ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

AGENDA BILATERAL

Visita à Alemanha

Entre 4 e 6 de março, ocorreu visita oficial à Alemanha para participar, em Hannover, da inauguração da Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (CeBIT). Na ocasião, houve reunião oficial com a Chanceler Federal da Alemanha.

O Brasil, sexto maior mercado consumidor desse segmento no mundo, foi país-tema da edição de 2012 da CeBIT, o maior evento internacional dessa natureza. Apresentaram-se diversas oportunidades de negócios para empresas brasileiras produtoras de tecnologias de informação e comunicação. A Alemanha é um dos principais parceiros do Programa Ciência sem Fronteiras. Até 2014, mais de dez mil bolsistas brasileiros estudarão em instituições alemãs.

Visita à Índia

Entre 30 e 31 de março, ocorreu visita oficial à Índia, em seguimento à participação na IV Cúpula do

BRICS. Foram examinados os principais temas da agenda bilateral, em especial nas áreas de ciência e tecnologia, educação, defesa, cultura, meio ambiente e políticas sociais. Brasil e Índia atuam juntos para a construção de um sistema institucional mais representativo da atual realidade global. Os dois países mantêm estreita coordenação na ONU e na OMC e integram os grupamentos IBAS (com a África do Sul) e BRICS (com China, Rússia e África do Sul).

Visita aos Estados Unidos da América

Entre 9 e 10 de abril, realizou-se visita oficial aos EUA para aprofundar a parceria Brasil-EUA, além de avançar no diálogo bilateral mantido desde a visita do Presidente norte-americano ao Brasil, em março de 2011. Durante a visita, foi realizado seminário reunindo representação expressiva das comunidades empresarial, acadêmica e governamental dos dois países. A cooperação educacional e em ciência e tecnologia, eixos centrais dessa parceria, ensejou encontros com a comunidade acadêmica e científica no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e na Universidade de Harvard, onde houve reunião com bolsistas brasileiros selecionados pelo Programa Ciência sem Fronteiras.

Brasil e EUA possuem 24 mecanismos bilaterais de diálogo, coordenação e consulta em nível ministerial.

Visita do Presidente do Benin

Em 23 de março, o Presidente da República do Benin realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foram tratados os principais temas da agenda bilateral, com destaque para investimentos nos setores de energia e infraestrutura. O Benin ocupa a presidência de turno da União Africana e é um dos

integrantes do “Cotton-4”, projeto de cooperação técnica que visa o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão por meio do compartilhamento de tecnologias desenvolvidas no Brasil. Os dois países também cooperam em áreas como tratamento de anemia falciforme, educação profissional e cooperativismo, inclusão social por meio do futebol e gestão do patrimônio material e imaterial.

Visita do Presidente do Uruguai

Em 19 de abril, o Presidente do Uruguai realizou visita de trabalho ao Brasil. Foram examinados os setores prioritários da cooperação bilateral, como integração física e energética, ciência, tecnologia e inovação, biotecnologia, TV Digital, além de integração regional.

O Brasil consolidou-se nos últimos anos como o principal parceiro comercial do Uruguai.

Visita do Primeiro-Ministro de Moçambique

Entre 13 e 18 de abril, o Primeiro-Ministro de Moçambique realizou visita ao Brasil. O relacionamento econômico bilateral tem avançado, impulsionado pela presença de empresas brasileiras no país.

A cooperação brasileira para Moçambique conta com projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura, segurança alimentar e energia.

Visita do Presidente da Tanzânia

O Presidente da República Unida da Tanzânia realizou visita de trabalho ao Brasil entre os dias 15 e 20 de abril, acompanhado de extensa comitiva. Além de participar da Reunião Anual da Parceria para o Governo Aberto (*Open Government Part-*

nership – OGP, 17 e 18 de abril), em Brasília, o Presidente da Tanzânia cumpriu agenda de encontros em Brasília, São Paulo e São José dos Campos. A visita conferiu prioridade à cooperação agrícola, à segurança alimentar, bem como à promoção de investimentos nos setores de energia e infraestrutura.

Em Brasília, o Presidente da Tanzânia reuniu-se com a Presidenta da República, à margem da Conferência da OGP, bem como realizou visita à Embraer e ao Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos. Em São Paulo, foram realizadas visitas a entidades do setor privado e, em São José dos Campos, às instalações da Embraer.

Visita do Rei da Espanha

Em 4 de junho, o Brasil recebeu a visita do Rei da Espanha. Discutiram-se a ampliação das relações econômicas entre os dois países e a importância de melhorar o tratamento conferido aos brasileiros que vão à Espanha.

Um grupo de empresários espanhóis interessados em ampliar os negócios no Brasil acompanhou o Rei na visita. A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de capital superior a US\$ 85 bilhões. Em 2011, o comércio bilateral registrou US\$ 7,97 bilhões – o que representa aumento de 20% em comparação a 2010.

Visita do Governador-Geral do Canadá

O Governador-Geral do Canadá foi recebido em Brasília, no dia 23 de abril, ocasião em que foi anunciada a oferta de 12 mil vagas em universidades canadenses para bolsistas brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras. Discutiu-se, ainda,

a possibilidade de ampliar oportunidades de formação em nível médio para os jovens no ensino técnico e profissionalizante.

Também foram avaliados positivamente os resultados do Programa Mulheres Mil, parceria entre Institutos Federais de Educação brasileiros e canadenses. O Programa possibilita a formação profissional de mulheres, chefes de família, de 16 a 70 anos, com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Entre 2008 e 2011, beneficiou 10 mil alunas. Em 2012, a meta é alcançar o total de 20 mil mulheres.

O Governador-Geral veio ao Brasil acompanhado de 30 reitores de universidades canadenses.

Reuniões realizadas à margem da Rio+20

Durante a Rio+20, ocorreu intensa agenda de reuniões bilaterais com Chefes de Estado e de Governo presentes no Rio de Janeiro. No dia 20 de junho, foram recebidos os Presidentes da França, Peru, Senegal e Nigéria. No dia 21 junho, as agendas foram com os Primeiros-Ministros de Turquia, Austrália e China e com o Presidente do Uruguai. Ainda no dia 21 de junho, ocorreu participação no Fórum de Mulheres Líderes sobre Igualdade de Gênero e em jantar com 15 Chefes de Estado e de Governo africanos. No dia 22 de junho, foram realizadas audiências com a Primeira-Ministra da Dinamarca e aos Presidentes de Congo, Cuba e Bulgária.

Visita do Primeiro-Ministro da China

À margem da Conferência Rio+20, em 21 de junho, o Primeiro-Ministro da China realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foi anunciada elevação do relacionamento sino-brasileiro à Parceria Estratégica Global. Essa decisão atesta o reconheci-

mento da crescente influência estratégica dos dois países em cenário internacional marcado pela emergência de um mundo multipolar.

Além do Plano Decenal de Cooperação – que estrutura iniciativas conjuntas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação –, foram assinados atos bilaterais nas áreas econômico-comercial, financeira, de cooperação aduaneira, agricultura, ciência e tecnologia, cultural, intercâmbio educacional, entre outros. Na ocasião foi firmado também acordo

que permite a realização de *swap* de moedas entre os dois países. Brasil e China poderão acessar, reciprocamente, até R\$ 60 bilhões (US\$ 30 bilhões ou CNY 190 bilhões) segundo critérios definidos por seus bancos centrais.

Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e principal fonte de fluxo de novos investimentos no País. O país respondeu, em 2011, por 15,9% do comércio global brasileiro (17,3% das exportações e 14,5% das importações).

Brasil e Espanha se reúnem para tratar da situação migratória

Delegações de Brasil e Espanha reuniram-se em 4 de junho, em Madri, para tratar da facilitação recíproca de entrada de visitantes nacionais dos respectivos países.

Foram analisadas as legislações, normas e práticas de ambos os países, para elaboração da lista de requisitos mútuos para o traspasso de fronteiras, que será disponibilizada nas páginas eletrônicas das Embaixadas e Consulados de ambos os países.



Agenda Normativa

Econômica e financeira

Medidas Provisórias

561, de 8.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Amplia a autorização e prorroga o prazo de subvenção para empresas e produtores rurais de municípios atingidos por desastres naturais que estiverem em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.• Altera a Lei que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para estabelecer regras quanto à destinação de recursos para os serviços de saneamento básico.• Altera regras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC quanto à:<ul style="list-style-type: none">- ampliação das hipóteses de dispensa da participação financeira dos beneficiários para as operações vinculadas ao PAC, além daquela destinada ao atendimento de famílias que perderam seu único imóvel em casos de calamidade;- ampliação do limite de renda familiar para enquadramento de famílias atendidas pelo Programa por terem sido removidas em decorrência de obras do PAC, calamidade, ou outras operações da União;- melhoria de sua operacionalização por meio do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que passa a ter seu patrimônio dividido em cotas.
563, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON.• Institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.• Restabelece o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.• Institui o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REI-COMP.• Institui o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações – REPNBL-Redes.• Cria o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.• Altera a sistemática de contribuições previdenciárias de empresas de vários segmentos.
564, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Prorroga o Programa de Sustentação do Investimento – PSI.• Amplia o Programa Revitaliza do BNDES.• Cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF.
565, de 24.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui linhas de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos produtores rurais e empresários em municípios atingidos por desastres naturais que tiverem situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.
567, de 3.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera as regras da Caderneta de Poupança.
571, de 25.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal, para suprir lacunas e melhor adequá-lo ao contexto constitucional brasileiro.

Leis

12.597, de 22.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a entrega, pela União, aos estados, DF e Municípios, do montante de R\$ 1,95 bilhão, para o fomento de exportações.
12.598, de 22.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa.
12.599, de 23.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui O Programa Cinema Perto de Você, destinado à ampliação, diversificação e descentralização do mercado de salas de exibição cinematográfica no Brasil.• Cria o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – Recine.• Altera a tributação do PIS/COFINS na cadeia produtiva do café.
12.613, de 18.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Direciona os depósitos à vista captados por instituições financeiras para operações de crédito destinadas às populações de baixa renda, para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.• Autoriza a concessão de subvenção econômica a instituições financeiras em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.
12.618 de 30.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui regime de previdência complementar para servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.
12.651, de 25.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Novo Código Florestal.• Estabelece os limites das Áreas de Preservação Permanente e seu regime jurídico de proteção ambiental.• Estabelece os limites da Reserva Legal e seu regime jurídico de proteção ambiental;• Cria o Cadastro Ambiental Rural, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais.• Recompõe as áreas rurais consolidadas e seu regime.
12.655, de 30.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Amplia o limite de valor comercial das unidades residenciais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, para efeito de consideração de projetos de incorporação de imóveis como sendo de interesse social.• Reduz a zero a alíquota de PIS/COFINS de queijos e de massas alimentícias.
12.666, de 14.06.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado, assim como para operações de financiamento para estocagem de álcool combustível.

Decretos

7.698, de 9.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o item XXII, artigo 15 A, do decreto 6.306 de 14 de dezembro de 2007, não tratado no decreto 7683 de 29.02.2012.
7.699, de 15.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera as regras do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.
7.705, de 25.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI dos produtos que especifica.
7.708, de 2.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS.
7.709, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece aplicação de margem de preferência para produtos nacionais em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de retroescavadeiras e motoniveladoras.
7.710, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a concessão de equalização de juros amparada pelo Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.
7.711, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos.
7.713, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece aplicação da margem de preferência para produtos nacionais em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de fármacos e medicamentos.
7.715, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Atualiza o regulamento do Programa de Inclusão Digital.
7.716, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO.
7.725, de 21.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para veículos automotores.
7.726, de 21.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF sobre o financiamento de veículos automotores.
7.728, de 24.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza o Conselho Monetário Nacional – CMN a criar linhas de crédito de custeio com bônus de adimplência no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.
7.729, de 25.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o Programa Cinema Perto de Você.• Estabelece normas para o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – Recine.
7.741, de 30.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera alíquotas de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de condicionadores de ar, fornos microondas e motocicletas.
7.742, de 30.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Atualiza a tributação de bebidas frias.

Decretos (continuação)

7.750, de 08.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REICOMP.
7.751, de 13.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Reduz o prazo de incidência do IOF de 6%, de cinco para dois anos, nas operações de câmbio para ingresso de recursos no país, referente a empréstimo externo.
7.756, de 14.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece a aplicação da margem de preferência para produtos nacionais em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos.
7.764, de 22.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Reduz alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados, gás natural e derivados, assim como álcool etílico combustível.
7.767, de 27.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece aplicação da margem de preferência para produtos nacionais em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos médicos para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
7.768, de 27.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Fixa o coeficiente de redução da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidente na produção e na comercialização de biodiesel, e os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas.
7.770, de 28.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Prorroga por dois meses a redução das alíquotas de IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) para eletrodomésticos da linha branca (fogão, refrigerador, máquina de lavar e tanquinho) e por três meses a desoneração de móveis, laminados PET, luminárias e papel de parede.

Decretos Não Numerados

5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria e amplia o Parque Nacional do Descobrimento no Município de Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria e amplia os limites da Floresta Nacional de Goytacazes no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a Ampliação e os objetivos da Floresta Nacional do Araripe-Apodí no Município de Barbalha, Estado do Ceará.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria o Parque Nacional da Furna Feia nos Municípios de Baraúna e Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria a Reserva Biológica Bom Jesus nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, Estado do Paraná.
15.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Social

Medidas Provisórias

562, de 20.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a transferência direta de recursos da União a entes federados para apoiar a execução do Plano de Ações Articuladas (PAR), com o objetivo de promover a melhoria da educação básica pública.• Altera a Lei do FUNDEB, para permitir o cômputo das matrículas efetivadas nos centros familiares de formação por alternância.
570, de 14.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Amplia o Programa Bolsa Família estabelecendo benefício variável para superação da extrema pobreza na primeira infância, destinado a famílias que tenham pelo menos uma criança de até 6 anos.• Permite a transferência de recursos da União aos Municípios e ao DF para ampliação da oferta de educação infantil em estabelecimentos educacionais públicos ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.• Autoriza a transferência adicional de recursos da União para o atendimento em creches de crianças de 0 a 48 meses cadastradas no Censo Escolar, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Leis

12.603, de 3.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em benefício da educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.
12.608, de 10.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.• Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.
12.650, de 17.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Código Penal, determinando que em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, a prescrição comece a correr da data em que a vítima completar 18 anos.
12.653, de 28.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Código Penal para tipificar como crime o ato de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia ou ao preenchimento prévio de formulário administrativo.• Determina que estabelecimentos de saúde que prestem atendimento médico-hospitalar emergencial ficam obrigados a afixar, em local visível, cartaz prevendo que a conduta de condicionar o atendimento à garantia financeira ou preenchimento de formulário é crime.
12.654, de 28.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera as Leis 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal.

Leis (continuação)

12.662, de 5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, como instrumento para a elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento.• Altera a Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, determinando que nos mapas de nascimentos enviados trimestralmente pelos oficiais de registro civil ao IBGE conste o número da identificação da DNV, para os fins de promover a integração de informação dos órgãos públicos e a busca ativa de nascimentos.
12.663, de 5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Lei Geral da Copa: dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013.

Decretos

7.721, de 16.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Condiciona o recebimento do seguro-desemprego à comprovação de matrícula e frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas, no âmbito do PRONATEC.
7.723, de 04.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Prorroga o prazo de vigência do licenciamento compulsório, por interesse público, das patentes referentes ao antirretroviral Efavirenz para fins de uso público não comercial (distribuição gratuita pelo SUS no âmbito do Programa Nacional de DST/Aids).
7.724, de 16.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a Lei de Acesso à Informação, no âmbito dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, prevendo regras para a publicidade de informações de entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos.
7.747, de 05.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
7.758, de 15.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, a respeito do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância.

Decretos não Numerados

1º.03.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, de composição tripartite e paritária, com o objetivo de divulgar o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na indústria da construção, bem como acompanhar e avaliar o seu cumprimento.
09.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Declara de interesse público e social o acervo documental privado do educador Paulo Reglus Neves Freire.

Decretos não Numerados (continuação)

5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena, para promover a articulação dos órgãos e entidades do governo federal para a população indígena, bem como apoiar e acompanhar a execução dessas ações.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Santa Cruz da Nova Aliança, localizada no Município de Tonantins, Estado do Amazonas.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Matintin, localizada nos Municípios de Santo Antônio do Içá e Tonantins, Estado do Amazonas.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tenharim Marmelos - Gleba B, localizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Riozinho do Alto Envira, localizada nos Municípios de Feijó e Santa Rosa do Purus, Estado do Acre.
5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Xipáya, localizada no Município de Altamira, Estado do Pará.
14.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.

Infraestrutura

Leis

12.648, de 17.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Lei que dispõe sobre Tarifas Aeroportuárias e as destinações ao Fundo Nacional de Aviação Civil, bem como autoriza a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO a criar subsidiárias e participar em outras sociedades públicas ou privadas.
----------------------	---

Decretos

7.746, de 5.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a Lei de licitações e contratos da Administração Pública para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
7.755, de 14.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV.

Internacional

Decretos de Execução

7.700, de 15.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Internaliza a Resolução nº 2025, de 14 de dezembro de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicadas à Libéria.
7.722, de 20.4.2012	<ul style="list-style-type: none">• Internaliza as Resoluções no 1540 e 1977, de 28 de abril de 2004 e de 20 de abril de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que dispõem sobre o combate à proliferação de armas de destruição em massa e sobre a vigência do Comitê 1540.

Decretos de Promulgação

7.685, de 1º.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, firmado em Brasília, em 14 de maio de 2008.
7.686, de 1º.3.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o acordo sobre Cooperação Financeira para o Projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis” entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha.
7.739, de 28.5.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012.
7.761, de 19.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rappirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideú, firmado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.
7.762, de 19.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e Aquicultura, firmado em Havana, em 26 de setembro de 2003.
7.763, de 19.6.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.



brasil.gov.br 